



PROPOSTA N.º 285/2015

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de 20 (vinte) prédios urbanos municipais, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado e Vereadora Paula Marques

Serviços: DMPRGU/DPSVP e DMHDS

Considerando que:

- a) A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011/2024, aprovada através da Deliberação 730/CM/2011, de 21 de Dezembro e da Deliberação 11/AML/2012, de 20 de Março, previu um conjunto de programas de apoio à reabilitação e conservação de imóveis, nomeadamente a simplificação do licenciamento de projetos de reabilitação urbana e o lançamento do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, de ora em diante abreviadamente RPPD;
- b) Em 2012 foi aprovado o novo Plano Diretor Municipal, que estabeleceu como principal estratégia de desenvolvimento para a Cidade a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;
- c) O RPPD consiste na venda de edifícios e frações municipais devolutos, com obrigação de realização de obras de reabilitação pelo adquirente, permitindo-se a este diferir o pagamento do preço até ao termo do prazo contratual, que terá em conta os prazos necessários para o licenciamento, a execução das obras e a colocação do imóvel no mercado;
- d) Através da Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, a Câmara aprovou as normas do RPPD, condicionando o início do Programa à aprovação pela Assembleia Municipal da Proposta 491/2012, que alterou o Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais, bem como a celebração do Acordo de Intenções entre o Município de Lisboa e as entidades bancárias



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

interessadas em financiar os particulares e empresas na operação de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel;

e) O Programa RPPD é, no atual contexto económico e financeiro, um contributo municipal para:

- Incentivar a economia, gerando investimento diversificado no mercado da reabilitação urbana;
- Dinamizar o setor da construção, fundamental para a manutenção e criação de novos postos de trabalho;
- Apoiar os pequenos e médios investidores, permitindo diferir o pagamento do preço do imóvel para o final da operação de reabilitação;
- Promover a reabilitação de património municipal devoluto e em mau estado de conservação, sem recurso a capitais próprios nem aumento do endividamento do Município;
- Racionalizar a estrutura da receita municipal, otimizando a sustentabilidade da gestão do parque habitacional;
- Aumentar a oferta de habitação na Cidade, por aquisição ou arrendamento, captando população para os bairros históricos.

f) Após a entrada em vigor, em 27 de novembro de 2013, da alteração do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais (Proposta n.º 491/2012), que veio admitir o pagamento diferido do preço, o Município de Lisboa já realizou, desde 2013, 5 (cinco) hastas públicas para a alienação de 89 (oitenta e nove) prédios no âmbito do Programa RPPD;

g) Foram arrematados 85 (oitenta e cinco) prédios dos 89 (oitenta e nove) prédios colocados à venda no âmbito do Programa RPPD;

h) Até ao momento, já foram celebrados 59 (cinquenta e nove) contratos de compra e venda e deferidos mais de 67 % dos pedidos de licenciamento submetidos pelos adquirentes;

i) Os indicadores estatísticos do Programa RPPD demonstram o interesse de cidadãos e empresas nesta iniciativa municipal, o cumprimento dos objetivos enunciados em e) supra e que a aposta na reabilitação urbana é essencial para dinamizar a economia e minorar o impacto do atual contexto económico-financeiro fortemente recessivo;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

j) Face ao sucesso do Programa RPPD, importa proceder ao lançamento de uma nova hasta pública para a alienação de 20 (vinte) prédios municipais devolutos, livres de quaisquer ónus ou encargos;

k) A alienação onerosa de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo à Câmara aprovar a alienação de bens imóveis de valor até € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros), correspondente a 1.000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida para o ano de 2015, devendo a Câmara, sempre que o valor de alienação seja superior, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal;

l) Nos termos das avaliações imobiliárias efetuadas, o valor base de alienação de 19 (dezanove) prédios é inferior a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros), pelo que compete à Câmara aprovar a respetiva alienação no âmbito do Programa RPPD;

m) O valor base de licitação do prédio sito na Rua da Penha de França, n.ºs 138 a 144 é de € 617.000,00 (seiscentos e dezassete mil euros), tal como consta das avaliações imobiliárias realizadas para o efeito, pelo que a competência para alienar este prédio em hasta pública compete à Assembleia Municipal;

n) As peças do procedimento, constituídas pelo Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, devem cumprir os procedimentos legais e regulamentares em vigor, bem como garantir a adequada publicidade e o mais amplo acesso aos procedimentos de alienação, de modo a promover a mais ampla e efetiva concorrência.

Nestes termos:

I. Temos a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar:

1. Alienar, em hasta pública, os 19 (dezanove) prédios urbanos propriedade municipal identificados no **Anexo I**, no âmbito do Programa Municipal Reabilita Primeiro Paga Depois;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2. Aprovar os valores base de licitação dos prédios a alienar, devidamente identificados no **Anexo I**;

3. Aprovar as peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos **Anexos II e III**;

4. Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.^a Rita Romina Dinis Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social)

- Dra. Carla Alexandra Fernandes Carvalhal

(Central de Compras Municipal – Chefe da Divisão de Procedimentos)

c) Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira

(Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos)

- Dr.^a Isabel Guerreiro

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial – Chefe da Divisão de Administração de Património Imobiliário).

5. Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

II. Temos ainda a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

1. Alienar, em hasta pública, o prédio urbano propriedade municipal, situado na Rua da Penha de França, n.ºs 138 a 144, melhor identificado no n.º 20 do **Anexo I**, pelo valor base de licitação de € 617.000,00 (seiscentos e dezassete mil euros), no âmbito do Programa Municipal Reabilita Primeiro Paga Depois;

2. Aprovar as peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos **Anexos II e III**;

3. Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.ª Rita Romina Dinis Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social)

- Dra. Carla Alexandra Fernandes Carvalhal

(Central de Compras Municipal – Chefe da Divisão de Procedimentos)

c) Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira

(Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos)

- Dr.ª Isabel Guerreiro

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial – Chefe da Divisão de Administração de Património Imobiliário).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

4. Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.

ANEXOS:

- I. Identificação dos prédios a alienar, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois;
- II. Programa de Concurso;
- III. Caderno de Encargos;
- IV. Plantas de Localização.

(Processo n.º 12309/CML/2015)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 8 de Maio de 2015

Vereador

Manuel Salgado

Vereadora

Paula Marques



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

JUSTIFICAÇÃO DE VALORES

A determinação dos valores de mercado dos Prédios identificados no Anexo I da presente proposta foi efetuada através de visitas aos locais, por amostragem, e por confrontação com os elementos que integram os respetivos processos CML.

Os valores refletem a avaliação de mercado à data de hoje e foram obtidos com recurso ao método do valor residual, através a aplicação dos seguintes pressupostos:

- Receitas: Variáveis (indicadores obtidos empiricamente)
- Custos diretos: variáveis em função do tipo de reabilitação prevista
- Custos indiretos:
 - Encargos de projetos: 5 % custos diretos
 - Encargos de fiscalização: 3 % custos diretos
 - Encargos administrativos: 1,5 % custo diretos
 - Imprevistos: 2 % custos diretos
 - Encargos de comercialização: 4,9 % das receitas
 - Encargos financeiros: 6 %/ano
- Taxa de atualização do fluxo: 12,48 %/ano
- Prazo do empreendimento (projeto, obra, comercialização): variáveis. Estes prazos foram indicados pela DPRU

Para efeitos de determinação do preço base de licitação entendeu-se adequado fazer uma redução, média, de 30% face ao valor de mercado apurado, em primeiro lugar, por ponderação do atual período recessivo e dos objetivos do RPPD e, em segundo lugar, para potenciar o funcionamento do mercado em saudável concorrência na fase de licitação.

Dada a possibilidade de o pagamento poder ser diferido para a data da conclusão das obras de reabilitação, os preços base de licitação serão atualizados através do índice médio da inflação esperado para os 3 próximos anos (1,2%), mediante a seguinte fórmula:

$$\text{PREÇO BASE DE LICITAÇÃO} = \text{PREÇO BASE DE CÁLCULO} \times 1,001^n$$

Em que n – é o número de meses de desenvolvimento do empreendimento



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Para incentivar o pagamento a pronto do preço do Prédio no ato de celebração do contrato de compra e venda, quando o comprador assim o entenda, prevê-se um desconto de 10% sobre o preço arrematado.

ANEXO I

DACM
Prop. n.º 285/2015
Fls. _____

PREÇOS BASE DE LICITAÇÃO DO PROGRAMA "REABILITA PRIMEIRO E PAGA DEPOIS"

Nº de ordem	Morada Principal	Freg.	Data Visita Prédio	Descrição Predial	Artigo Matricial	A.B. Máx. (m2)	Preço Base de Licitação Atualizado	Prazos estimados mínimos (meses)		Prazo de Pagamento (meses)
								Obra + Comarc.	Projeto	
1	Travessa da Ferrugenta, 20, 22 e Beco da Ferrugenta, s/n.º	Ajuda		3118/Ajuda	753/Ajuda	340,00	85.000 €	12	6	18
2	Largo do Galvão, 14	Belém		1739/SMBelém	2206/Belém	340,00	154.000 €	14	6	20
3	Travessa de São Tomé, 3	Santa Maria Maior		336/SVFora	1747/SMMaior	160,00	115.000 €	14	6	20
4	Rua da Alajala, 176, 178	Misericórdia		285/Encarnação	529/Misericórdia	335,00	242.000 €	20	6	28
5	Calçada de São Vicente, 86, 88	São Vicente		130/SVFora	1603/São Vicente	372,00	188.000 €	20	6	26
6	Travessa da Trabuçeta, 29 e 33	Estrela		1885/Alcântara	792/Estrela	112,00	52.000 €	12	6	18
7	Rua de Campolide, 256, 256A	Campolide		5379/SSPadeira	106/Campolide	600,00	367.000 €	18	6	24
8	Rua Zólimo Pedroso, 57 e 61	Murvilva		5091/SMOlivais	71/Murvilva	325,00	65.000 €	14	6	20
9	Beco dos Lobos, 12, 14, 16	São Vicente		77/Graça e 152/SVFora	1799 e 1801/São Vicente	393,20	176.000 €	20	6	26
10	Rua do Lumiar, 131 e 135	Lumiar		1459/Lumiar	217/Lumiar	359,45	79.200 €	14	6	20
11	Largo Marquês de Angeja, 1, 2 e Rua do Junqueira, 271	Belém		982/SMBelém	130/Belém	355,00	203.000 €	14	6	20
12	Rua da Esperança do Cardal, 8, 10	Santo António		401/São José	1629/São António	191,00	154.000 €	18	6	24
13	Rua do Cardal de São José, 40	Santo António		537/São José	1698/São António	108,00	87.000 €	12	6	18
14	Rua da Alajala, 156, 156A	Misericórdia		283/Encarnação	532/Misericórdia	182,20	132.000 €	20	6	26
15	Rua dos Siles Rejinhão, 100 e 104	Campo de Ourique		3529/São Isabel	1773/COurique	369,00	58.000 €	14	6	20
16	Rua das Beatas, 39 e 43	São Vicente		1916/São Engrácia	284/São Vicente	226,00	103.000 €	16	6	22
17	Rua da Graça, 131 e 135 e Rua do Sol a Graça, 56 e 62	São Vicente		1912/São Engrácia	241/São Vicente	500,00	288.000 €	20	6	26
18	Rua da Graça, 123 e 129	São Vicente		1915/São Engrácia	240/São Vicente	450,00	260.000 €	20	6	26
19	Largo de Santa Marinha, 12 e 13	São Vicente		69/Graça	1793/São Vicente	111,00	80.000 €	12	6	18
20	Rua da Penha de França, 138 e 144	Penha de França		3638/S.Jarros	1679/Penha França	1345,60	617.000 €	24	6	30



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

DACM
Prop. n.º 285/2015
Fls. _____

ANEXO II

PROGRAMA

**Hasta Pública para a alienação de vinte prédios urbanos
no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”**

1. OBJECTO DA HASTA PÚBLICA

A presente hasta pública tem por objeto a alienação de 20 (vinte) prédios urbanos, propriedade do Município de Lisboa, identificados no Anexo I das presentes peças do procedimento, pela morada, freguesia, data de visita do prédio, descrição no registo predial, inscrição matricial, área bruta de construção, preço base de licitação, prazo para a entrega do projeto, prazo para a conclusão de obra e comercialização e prazo máximo para o pagamento do preço do Imóvel ao Município, doravante abreviadamente designados, em conjunto, por “Imóveis”, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”.

2. FINALIDADE DA ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS

2.1. A presente Hasta Pública destina-se à alienação dos Imóveis propriedade municipal, com a obrigação de realização de obras de reabilitação ou de reconstrução pelo respetivo adquirente no prazo fixado.

2.2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o comprador poderá optar por efetuar o pagamento diferido do preço total devido pelo Imóvel até ao termo do prazo indicado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das presentes peças do procedimento, contado a partir da data da celebração do respetivo contrato de compra e venda.

2.3. O comprador poderá optar pelo pagamento total do preço do Imóvel no ato da celebração do contrato de compra e venda, nos termos e condições previstas em 6.2 no Caderno de Encargos.

2.4. Sem prejuízo do disposto em 2.2. e 2.3., o pagamento do preço de compra do Imóvel e a realização das obras de reabilitação ou de reconstrução poderão ser realizadas com recurso a fundos próprios ou mediante financiamento bancário contratado para o efeito.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3. CONSULTA DO PROCEDIMENTO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

3.1. As peças do procedimento, constituídas pelo Edital, Programa e Caderno de Encargos e respetivos anexos encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Relação com o Múncipe – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital de abertura até às 20 horas do dia _____ de 2015.

3.2. A cópia das referidas peças poderá ser solicitada e levantada na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Reccitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo indicado em **9.1.** infra.

3.3. Os interessados poderão igualmente descarregar as peças da Hasta Pública no sítio da Internet [http:// cidadeoportunidades.cm.lisboa.pt/innovets.html](http://cidadeoportunidades.cm.lisboa.pt/innovets.html)

3.4. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

4.1. A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e dmf.ecm@cpmcm.lisboa.pt.

4.2. A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.ª Rita Romina Dinis Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social)

- Dra. Carla Alexandra Fernandes Carvalhal

(Central de Compras Municipal – Chefe da Divisão de Procedimentos)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

c) Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira

(Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos)

- Dr.ª Isabel Guerreiro

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial – Chefe da Divisão de Administração de Património Imobiliário).

4.3. A Comissão será assessorada por um técnico ou mais técnicos habilitados a prestar os esclarecimentos necessários em matéria de licenciamento urbanístico, designadamente quanto a projetos, estudo prévio ou pedido de informação prévia sobre o Imóvel.

4.4. Qualquer entidade poderá, no primeiro terço do prazo previsto em 9.1. para a entrega da documentação, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada ou endereço de correio eletrónico indicados em 4.1, supra, os esclarecimentos que entender por necessários.

4.5. O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta. Todos os esclarecimentos que mereçam resposta do Município de Lisboa, serão publicados em Boletim Municipal e comunicados ao respetivo requerente durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.

4.6. Simultaneamente com a publicação em Boletim Municipal e a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas.

5. DATA E HORA PARA EXAMINAR O IMÓVEL

Qualquer interessado poderá examinar cada um dos Imóveis objeto da presente Hasta Pública na data indicada na coluna “Data de visita do Imóvel” do Anexo I das presentes peças do procedimento, entre as 10 horas e as 17 horas.

6. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo II das presentes peças do procedimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

7. VALOR BASE DE LICITAÇÃO

O valor base de licitação de cada Imóvel objeto da presente Hasta Pública é o indicado na coluna “Preço Base de Licitação” do Anexo I das presentes peças do procedimento.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:

8.1. Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo II das presentes peças do procedimento;
 - b) Tratando-se de pessoas coletivas sujeitas a registo comercial, versão impressa da certidão permanente do registo comercial, com indicação do respetivo código de acesso, ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;
 - c) Caso o candidato opte por se fazer representar no ato público, procuração, elaborada nos termos do Anexo III das peças do procedimento ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão;
 - d) Cópia do cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, acompanhado, nestes casos, de cópia do cartão de contribuinte, no caso de candidatos pessoas singulares;
 - e) Indicação se pretende proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda ou até à data fixada para a conclusão das obras de reabilitação ou reconstrução, indicando, neste caso, se tal pagamento será efetuado através de fundos próprios ou com recurso a financiamento bancário, nos termos do Anexo IV das presentes peças do procedimento.
- 8.2. Caso o candidato pretenda licitar mais do que um Imóvel deverá para o efeito apresentar para cada um deles a declaração prevista na alínea c) do número anterior, sendo bastante um exemplar dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior, independentemente do número de imóveis que pretenda licitar.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

8.3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores serão redigidos em língua portuguesa.

8.4. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional.

8.5. Os candidatos pessoas coletivas sem sede, filial ou estabelecimento estável em território nacional deverão apresentar, em substituição do documento referido na alínea b) do 8.1, o certificado de constituição da pessoa, acompanhado dos respetivos estatutos (*Certificate of incorporation and Articles of Association*), emitidos de acordo com a legislação do respetivo Estado de origem, legalizados num Consulado Português ou de acordo com a Convenção de Haia, e traduzidos para língua portuguesa, com a respetiva tradução certificada nos termos da lei portuguesa.

9. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. Os documentos referidos em 8. supra, são remetidos pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo, em qualquer dos casos, dar entrada na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 13:00 horas do dia _____ de 2015.

9.2. O envelope mencionado no ponto anterior deverá conter a inscrição “Documentos de Habilitação – Hasta Pública para alienação no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro e Paga Depois”, a realizar no dia _____, Processo n.º/HP/CCM/2015.

9.3. Se o envio dos documentos for efetuado pelo correio ou entregue em locais diferentes do indicado em 9.1, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

10. CAUSAS DE EXCLUSÃO

Constituem causa de exclusão dos candidatos:

a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 8. do presente Programa nos exatos termos em que são estabelecidos no presente Programa de Concurso;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- b) O incumprimento pelo adjudicatário provisório na anterior hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois da obrigação prevista no ponto 16.º ou a falta, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda de Imóvel arrematado na anterior hasta do referido Programa;
- c) A prestação de falsas declarações ou a falsificação dos documentos apresentados, sem prejuízo da participação criminal à entidade competente para o efeito.

11. LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO

11.1. O ato público terá início às 10 horas no dia _____ de 2015, nas salas 1 e 2, Piso 2, Bloco F sita no Campo Grande, n.º 25, 1749-099 Lisboa.

11.2. A Comissão poderá suspender o ato público e marcar nova data e local para a sua realização sempre que o número de candidatos ou as condições técnicas justifiquem tal alteração.

11.3. Os candidatos podem ser representados na hasta pública nos seguintes termos:

- a) No caso de o candidato ser uma pessoa singular, por procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- b) No caso de intervenção do titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada pela exibição do respetivo cartão de cidadão ou bilhete de identidade ou procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- c) No caso de intervenção de representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12. TRAMITAÇÃO DO ACTO PÚBLICO

12.1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos recebidos, com os documentos mencionados no ponto 8.

12.2. De seguida, a Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior e interrompe o ato público para que proceda, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos, deliberando sobre a sua admissão ou exclusão, nas situações previstas no ponto 10.º do presente Programa.

12.3. Reaberto o ato público, a Comissão procede, depois, à leitura da lista dos candidatos, elaborada segundo a ordem de entrada dos envelopes na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral e comunica as deliberações tomadas sobre a admissão ou exclusão dos candidatos e, neste caso, os fundamentos da exclusão, bem como os Imóveis a que cada candidato admitido concorre.

12.4. Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos admitidos e dos seus representantes, devendo, em caso de candidatura conjunta, os respetivos candidatos designar um representante comum;

12.5. De seguida, é aberta a praça iniciando-se a licitação autónoma e individualizada de cada Imóvel a partir do respetivo valor base.

12.6. Os Imóveis serão licitados pela ordem constante no Anexo I das presentes peças do procedimento, podendo a Comissão da Hasta, em face do número de candidatos existentes, deliberar que a licitação dos Imóveis indicados na segunda parte do referido Anexo seja realizada no dia seguinte ao da abertura do ato público, a partir das 10 horas, no mesmo local.

12.7. No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, nos termos da alínea c) do ponto 8.1 do presente Programa.

12.8. Os lances não poderão ser inferiores a € 1.000,00 (mil euros) ou múltiplos para Imóveis com valor base de licitação inferior ou igual a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros) nem inferior a € 5.000,00 (cinco mil euros) para os Imóveis de valor base de licitação superior a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12.9. A licitação termina quando tiver sido anunciado por três ~~vezes~~ o lance mais elevado e este não for coberto.

12.10. Havendo necessidade ou conveniência, poderá a Comissão que preside à hasta pública determinar a sua interrupção a qualquer momento, com continuação em dia e hora que desde logo fixará.

13. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

14. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

14.1. Encerrada a licitação, o candidato que tenha apresentado ou licitado o valor mais elevado deverá proceder ao pagamento da quantia de 1.000,00 (mil euros), por via eletrónica ou por cheque bancário à ordem do Município de Lisboa, correspondente a custos relacionados com a transmissão do Imóvel.

14.2. De seguida, a Comissão procede à adjudicação provisória de cada Imóvel a quem ~~tenha~~ apresentado o valor mais elevado.

15. NÃO ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

15.1. Não há lugar a adjudicação provisória quando:

- a) Todas as candidaturas tenham sido excluídas;
- b) Nenhum concorrente haja licitado;
- c) A licitação não for igual ou superior ao valor base de licitação do respetivo Imóvel, tal como indicado na coluna “Preço Base de Licitação” do Anexo I das peças do procedimento;
- d) O Candidato não tenha procedido ao pagamento da quantia indicada em 14.1.;
- e) Existam fundados indícios de conluio entre os candidatos;
- f) Exista erro relevante sobre a identificação ou composição do imóvel ou ainda qualquer outra causa justificativa;
- g) Quando, por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.

15.2. A decisão de não adjudicação provisória, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

16. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE

16.1. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da adjudicação provisória, o adjudicatário provisório deverá apresentar nos serviços municipais os seguintes documentos:

- a) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);
- b) Versões impressas das certidões de inexistência de dívida às finanças e segurança social, descarregadas em www.portaldasfinancas.gov.pt e www.sps-social.pt, respetivamente, acompanhadas do comprovativo das autorizações conferidas ao Município de Lisboa para que proceda à respetiva consulta ou as correspondentes certidões, em formato de papel, válidas e atualizadas;
- c) Declaração de que procederá ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra venda, assumido a obrigação de reabilitar o mesmo no prazo contratualmente fixado ou, nas situações de pagamento diferido do preço do Imóvel com recurso a financiamento bancário, uma das seguintes declarações:
 - i) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços, registada junto do Banco de Portugal, de que financiará a operação de reabilitação e garantirá o pagamento diferido do preço do Imóvel ao Município de Lisboa no termo do prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento, acompanhada da respetiva minuta de contrato de financiamento; ou
 - ii) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços, registada junto do Banco de Portugal, de que emitirá garantia bancária *on first demand* a favor do Município de Lisboa, no montante correspondente ao preço do Imóvel, de acordo com o Modelo que constitui o Anexo IV das presentes peças do procedimento, caso a operação se realize com fundos próprios e com pagamento diferido do preço do Imóvel no termo do



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento.

16.2. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional, salvo se se tratar, nos termos da legislação fiscal vigente, de pessoa coletiva não residente em território nacional, caso em que ficarão dispensados de apresentar os documentos referidos na alínea b) do número anterior, devendo, no entanto, neste caso, entregar certidão da administração fiscal portuguesa, atestando que o candidato não tem residência fiscal em território nacional.

16.3. Caso o adjudicatário provisório não proceda à entrega atempada dos documentos referidos nos números anteriores, a adjudicação provisória é dada sem efeito e o adjudicatário definitivo perderá o valor entregue nos termos do 14.1. e ficará impedido de participar na próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os valores resultantes das suas licitações, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do ato público.

18. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

18.1. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

18.2. A adjudicação definitiva não terá lugar, quando:

- a) O adjudicatário provisório não proceda em tempo à entrega de qualquer dos documentos referidos em 16. supra;
- b) O adjudicatário provisório não apresente os documentos referidos em 16. supra nos termos ali fixados e no integral respeito pelo disposto nas peças do procedimento;
- c) Existam fundados receios de que o adjudicatário provisório não terá condições para cumprir integralmente as obrigações a que está a vincular, que decorrem das peças do procedimento;
- d) Sempre que existam fundados indícios de conluio entre os candidatos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

18.3. Após a notificação da adjudicação definitiva, poderá o Município de Lisboa, a pedido do adquirente, emitir declaração a autorizar o registo provisório de aquisição do Imóvel a favor do adjudicatário junto do registo predial.

19. MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

19.2. O contrato de compra e venda, com hipoteca em caso de financiamento bancário, ou reserva de propriedade a favor do Município no modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel com fundos próprios, deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da aprovação da respetiva minuta.

19.3. O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do referido contrato de compra, com a antecedência mínima de 8 dias úteis.

19.4. Sem prejuízo dos benefícios fiscais a que haja lugar, o adjudicatário definitivo deverá liquidar o Imposto do Selo e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas até à data da celebração do contrato.

19.5. Caso o adjudicatário definitivo não compareça na data prevista para a celebração do contrato, sem motivo justificado, a adjudicação definitiva ficará sem efeito, perdendo o adjudicatário definitivo o valor entregue nos termos do 14.1. e ficando impedido de participar na próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

20. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a anulação da adjudicação, sem prejuízo de participação criminal à entidade competente para o efeito.

21. REABERTURA DO PROCEDIMENTO

21.1. Sempre que o adjudicatário não proceda à entrega atempada de qualquer dos documentos referidos em 16. supra ou tenha faltado, sem motivo justificável, à celebração do contrato, poderá a Comissão da Hasta Pública proceder à adjudicação provisória do Imóvel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ao candidato que tenha licitado o segundo valor mais elevado, por menos € 1.000,00 (mil euros) face ao arrematado para os Imóveis com um valor base de licitação inferior ou igual a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros) ou a € 5.000,00 (cinco mil euros) para os imóveis de valor base de licitação superior a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros).

21.2. Sempre que não seja recebida candidatura relativamente a um dos Imóveis, a Comissão da Hasta publicar anúncio em Boletim Municipal a informar que qualquer interessado poderá apresentar, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da referida publicação, uma proposta de aquisição do Imóvel em carta fechada, devendo tal candidatura respeitar integralmente os termos e condições de alienação aprovados, designadamente o valor base de alienação, bem como dos documentos de habilitação previstos em 8.º supra, bem como fixar, desde logo, a data para a abertura das propostas recebidas, no local indicado em 11.1..

21.3. Caso seja apresentada mais do que uma candidatura para o mesmo Imóvel, abrir-se-á licitação entre os respetivos proponentes, logo após a abertura das cartas fechadas.

21.4. Encerrado o ato público, o proponente ou arrematante procederá ao pagamento da quantia de 1.000,00 (mil euros), prevista em 14.1. e, de seguida, a Comissão promoverá a respetiva adjudicação provisória do Imóvel, aplicando-se, a partir deste momento, o disposto nos pontos 16. e seguintes do presente Programa de Concurso.

21.5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Município de Lisboa poderá recorrer a nova hasta pública, nos termos aprovados pela Câmara Municipal, designadamente nas seguintes situações:

- a) A hasta pública fique deserta;
- b) Não houver lugar à adjudicação definitiva;
- c) A adjudicação venha a ser anulada;
- d) Caso o adjudicatário falte, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda.

22. ENCARGOS

São encargos dos candidatos todas as despesas relacionadas com apresentação dos documentos necessários para a respetiva participação na hasta pública, com a celebração do contrato de compra e venda, bem como as relativas à constituição e registo de hipoteca



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

voluntária a favor de entidade bancária ou de registo de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa, designadamente taxas, emolumentos e impostos.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. À presente hasta pública são aplicáveis as normas do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, aprovado pelas Deliberações n.ºs 679/CM/2011, de 21 de Dezembro e Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, publicadas em Boletim Municipal n.ºs 931 (1.º suplemento), de 22 de Dezembro de 2011 e 971 (2.º suplemento), de 27 de Setembro de 2012.

23.2. A Hasta Pública reger-se-á supletivamente pelo disposto no Regulamento do Património, aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, com a redação dada pelo Edital n.º 40/90, publicado no Boletim Municipal de 4 Maio e pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604 de 15 de Setembro.

23.3. Para efeitos do presente Programa é adotado o vocabulário urbanístico constante do Regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelos Decreto-Leis n.ºs 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.ºs 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 4 de Setembro e pelos Decretos-Leis n.ºs 18/2008, de 29 de Janeiro, e 116/2008, de 4 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março.



ANEXO III À PROPOSTA

CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJETO

1.1. A presente hasta pública tem por objeto a alienação dos 20 (vinte) prédios urbanos municipais identificados no Anexo I das presentes peças do procedimento, com indicação da morada, freguesia, data de visita do Imóvel, descrição no registo predial, inscrição matricial, área bruta de construção, preço base de licitação, prazo para a entrega do projeto, prazo para a conclusão de obra e comercialização e prazo máximo para o pagamento do preço do Imóvel ao Município, doravante, em conjunto, designados por “Imóveis”, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois”, aprovado pelas Deliberação n.ºs 679/CM/2011, de 21 de Dezembro e Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, publicadas em Boletim Municipal n.ºs 931 (1.º suplemento), de 22 de Dezembro de 2011 e 971 (2.º suplemento), de 27 de Setembro de 2012.

1.2. Os Imóveis serão transmitidos no estado em que se encontrarem à data da celebração do respetivo contrato, desocupados de pessoas e bens e livres de quaisquer ónus ou encargos, com condições para poderem ser imediatamente intervencionados, após cumpridas as obrigações legais de controlo prévio da respetiva operação urbanística.

1.3. Os Imóveis serão alienados com a obrigação do adquirente realizar obras de reabilitação ou reconstrução no prazo fixado no campo “Prazos” da coluna “Obra e Comercialização” do Anexo I das peças do procedimento, podendo o pagamento do respetivo preço ao Município de Lisboa ser efetuado integralmente na data da celebração do contrato de compra e venda ou ser diferido pelo prazo previsto na coluna “Prazo de Pagamento” do referido Anexo I, que se contará a partir da data da celebração do respetivo contrato de compra e venda.

1.4. Para efeitos do número anterior, o adjudicatário poderá optar por:

a) Proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel no prazo fixado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

b) Proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda, beneficiando de um desconto de 10% relativamente ao valor arrematado em Hasta Pública.

2. CARACTERÍSTICAS, LOCALIZAÇÃO E EDIFICABILIDADE

As características, localização e edificabilidade de cada Imóvel são as indicadas no Anexo VI das presentes peças do procedimento.

3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. O adquirente deve proceder às obras necessárias para que o Imóvel possa obter um nível de classificação de “BOM”, de acordo com o critério técnico de avaliação do estado de conservação, nos termos da ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação baseada na Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, doravante designada por “Ficha ITE Municipal”, ficha de inspeção técnica aprovada juntamente com as normas do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

3.2. Sempre que possível, o Município de Lisboa entregará o Imóvel ao adquirente já com as peças processuais de arquitetura necessárias, ou com as que se encontrem disponíveis nos serviços municipais, elaboradas com vista ao deferimento favorável do pedido de controlo prévio da operação urbanística em causa.

3.3. As soluções urbanísticas de edificação e de ocupação e dos espaços preconizadas nos documentos referidos no número anterior, são passíveis de adaptação, de acordo com o RPDM de Lisboa e RMUEL, desde que sejam respeitadas as cercas e o número de pisos acima do solo indicados no estudo prévio, podendo o Município de Lisboa autorizar, desde logo, a alteração dos projetos que acompanham a hasta pública, por técnico devidamente habilitado para o efeito, a expensas do adquirente.

3.4. O adquirente deverá contratar os técnicos necessários com vista à formalização do pedido de controlo prévio e fornecimento de todos os projetos que se demonstrem necessários, nomeadamente quando se trate de simples obra de conservação, com substituição de redes (água, esgotos, eletricidade, comunicações, etc.), liquidar as taxas municipais devidas e solicitar a emissão de alvará ou declaração de não rejeição de comunicação prévia, conforme aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3.5. Os serviços de urbanismo do Município de Lisboa deverão proceder ao controlo prévio das operações urbanísticas necessárias à reabilitação do Imóvel nos prazos legalmente previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

3.6. Nas situações em que vier a ocorrer a necessidade de demolição integral do Imóvel para reconstrução, considerar-se-á, para efeitos de taxas administrativas, que se trata de reabilitação urbana.

3.7. Sem prejuízo do disposto em 3.5., o Município de Lisboa designará técnicos habilitados na área do urbanismo para apoiar os promotores no âmbito do licenciamento e criará uma “Via Rápida” para a apreciação destes projetos.

4. PRAZOS DA RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE

4.1. O adquirente obriga-se a:

a) A instruir o correspondente processo de licenciamento urbanístico junto dos serviços municipais, de forma perfeita e completa, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da celebração do contrato de compra e venda;

b) Proceder ao levantamento da licença de construção no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação do deferimento do processo de licenciamento;

b) Concluir as obras de reabilitação ou reconstrução e requerer a respetiva licença de utilização no prazo fixado para cada Imóvel no campo “Prazos” da coluna “Obra e comercialização” do Anexo I das presentes peças do procedimento;

4.2. Caso a obra de reabilitação não seja concluída dentro do prazo contratualmente previsto por falta de certificação legal de instalações de água, eletricidade e gás, acrescerá a tal prazo 30 dias, de modo a que o adquirente remova os obstáculos que impediram tal certificação.

5. VIA RÁPIDA DE LICENCIAMENTO

5.1. Os serviços municipais de urbanismo asseguram, desde o primeiro contato, um gestor de processo de licenciamento especificamente designado enquanto ponto de contacto privilegiado com o serviço, responsável pelo acompanhamento da operação urbanística que pretenda realizar.

5.2. O gestor do processo de licenciamento deve informar periodicamente os interessados, preferencialmente por via eletrónica, sobre o estado do respetivo processo, indicar as



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

alterações e correções que serão necessárias efetuar, bem como a data estimada para a conclusão do procedimento de licenciamento.

5.3. Os serviços municipais de urbanismo deverão apreciar de forma célere os projetos de arquitetura e especialidades, de modo a habilitar o interessado a proceder ao levantamento da licença de construção no prazo fixado na alínea a) do número 4.1. supra, bem como a promover de forma célere a vistoria do Imóvel e emitir a correspondente licença de utilização, após requerimento do interessado devidamente instruído.

6. PAGAMENTO

6.1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o adquirente deverá proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município no prazo previsto na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das presentes peças do procedimento, contado a partir da data da celebração do contrato de compra e venda.

6.2. O adquirente poderá liquidar a totalidade do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda, com um desconto de 10% sobre o valor arrematado, ficando obrigado a concluir o processo de licenciamento e as obras de reabilitação do Imóvel no prazo indicados no campo “Prazos” nas colunas “Projeto” e “Obra e Comercialização”, respetivamente.

7. PAGAMENTO INTEGRAL NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O pagamento da totalidade do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda dispensa o registo de cláusula de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa e confere ao adquirente um desconto de 10% sobre o valor arrematado do Imóvel.

8. REABILITAÇÃO E PAGAMENTO DIFERIDO DO PREÇO, COM RECURSO A FUNDOS PRÓPRIOS

8.1. Sempre que o adquirente opte pelo modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel com recurso a fundos próprios, o Município de Lisboa transmitirá o Imóvel com uma cláusula de reserva de propriedade a seu favor, que vigorará até ao integral cumprimento da obrigação de reabilitar e de pagamento do preço do Imóvel.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

8.2. Na data da celebração do contrato de compra e venda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, será imediatamente promovido o registo predial de aquisição a favor do adquirente, com reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa.

8.3. O adquirente deverá entregar ao Município, na data da celebração do contrato, uma garantia bancária *on first demand* a favor do Município de Lisboa, no montante correspondente ao preço do Imóvel, elaborada nos termos do Anexo IV das presentes peças do procedimento.

8.4. O Município de Lisboa poderá executar a garantia bancária caso o adquirente incumpra os prazos de reabilitação e de pagamento previstos para o respetivo Imóvel nas colunas “Obras e comercialização” e “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento, sem motivo justificativo atendível.

8.5. O adquirente poderá solicitar, a todo o tempo, ao Município de Lisboa a mudança para o modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço com recurso a financiamento bancário.

8.6. No caso previsto em 8.5, o Município de Lisboa autorizará o cancelamento da reserva de propriedade sobre o Imóvel e da garantia bancária a seu favor mediante a celebração de contrato de financiamento com constituição de hipoteca a favor de entidade bancária que conceda crédito para efeitos de conclusão da operação de reabilitação e garanta o pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa nos termos previstos em 9 infra.

9. REGIME DE REABILITAÇÃO E PAGAMENTO DO PREÇO COM RECURSO A FINANCIAMENTO BANCÁRIO

9.1. A entidade bancária selecionada pelo adquirente deverá garantir o financiamento das obras de reabilitação, bem como o pagamento do preço de aquisição do imóvel no termo do prazo contratualmente fixado, indicado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das presentes peças do procedimento.

9.2. Para efeitos do número anterior, na data da celebração do contrato de compra e venda do Imóvel, deverá o adquirente constituir hipoteca voluntária sobre o Imóvel a favor da entidade bancária selecionada, para garantir o reembolso das quantias mutuadas para efeitos de realização da operação de reabilitação, bem como do pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

9.3. O contrato de financiamento deverá prever que, em caso de vencimento antecipado das obrigações emergentes desse contrato ou incumprimento das obrigações ou do prazo previsto na coluna "Obra e comercialização" do Anexo I das presentes peças do procedimento, a instituição bancária procederá ao pagamento antecipado do preço ao Município de Lisboa, nos termos previstos em 13.2.

10. DISPONIBILIZAÇÃO DE FUNDOS

10.1. O capital mutuado nos termos fixados em 9. supra será disponibilizado nos termos contratualizados com a entidade financiadora, devendo a última das tranches corresponder ao pagamento ao Município de Lisboa do valor correspondente ao preço do Imóvel.

10.2. O adquirente do Imóvel deverá mandar irrevogavelmente a entidade bancária selecionada para proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, logo que ocorra um dos seguintes eventos:

- a) Incumprimento do prazo previsto na coluna "Obra e comercialização" do Anexo I das peças do procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte;
- b) Resolução do contrato de financiamento;
- c) Decorrido o prazo referido em 6.1. supra;
- d) Os previstos em 10.4 e 10.5 infra.

10.3. Para efeitos do disposto nas alíneas a) e c) do número anterior, o Município de Lisboa notificará a entidade bancária para proceder ao pagamento do preço do Imóvel, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da receção da referida comunicação.

10.4. A alienação da totalidade do Imóvel pelo adquirente após a conclusão das obras de reabilitação e em momento anterior ao termo do prazo fixado para o pagamento da totalidade do preço do Imóvel, determinará o vencimento imediato da obrigação de pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, devendo o adquirente, diretamente ou através da entidade bancária, proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município previamente ao ato de transmissão do Imóvel para terceiro.

10.5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a alienação de uma fração do Imóvel antes de decorrido o prazo fixado para a comercialização do Imóvel obrigará o adquirente a proceder ao pagamento da quota-parte correspondente ao preço de compra do Imóvel, em caso de opção pelo pagamento diferido do preço.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

10.6. Caso não tenha decorrido o prazo fixado para a comercialização do Imóvel, a venda de uma fração do Imóvel apenas obrigará o adquirente, diretamente ou através da entidade bancária, a proceder ao pagamento integral do preço de compra do Imóvel ao Município de Lisboa, caso as frações autónomas remanescentes tenham um valor de mercado inferior ao preço do Imóvel arrematado em hasta pública.

10.7. Para efeitos do disposto nos números 10.4, 10.5 e 10.6., o proprietário do Imóvel deverá notificar o Município de Lisboa com a antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data agendada para a celebração do respetivo contrato de compra e venda com terceiro.

10.8. Na data da celebração do contrato de compra e venda do Imóvel com terceiro, por documento particular autenticado ou escritura notarial, o Município de Lisboa cancelará a reserva de propriedade que incida sobre o Imóvel ou sobre as respetivas frações autónomas, sempre que tal exista.

10.9. O Município de Lisboa emitirá documento de quitação relativamente às quantias recebidas a título de pagamento parcial ou integral do preço do Imóvel.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município de Lisboa reserva-se no direito de fiscalizar a execução das obras de reabilitação do Imóvel, de modo a verificar se as obrigações contratuais estão a ser integralmente cumpridas e se estão a ser respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.2. O adquirente obriga-se a facultar o acesso ao Imóvel ao Município de Lisboa, seus trabalhadores ou entidades externas incumbidas por este de proceder à fiscalização.

12. PENALIZAÇÕES

O Município de Lisboa aplicará uma penalização correspondente a 1% sobre o valor arrematado do Imóvel, por cada mês completo de atraso relativamente ao prazo previsto para a conclusão da obra de reabilitação, desde que decorrente de factos exclusivamente imputáveis ao adquirente.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1. O Município de Lisboa obriga-se a proceder à marcação de reuniões com a Direção Geral do Património Cultural para efeitos de apreciação e emissão dos pareceres vinculativos legalmente exigíveis, bem como praticar todas as diligências e atos necessários para que os processos de licenciamento sejam deferidos de forma célere.

13.2. O Município de Lisboa obriga-se a entregar ao adquirente o Imóvel livre de pessoas e bens e em condições e de poder ser imediatamente intervencionado, depois de cumpridas as eventuais obrigações de controlo prévio das operações urbanísticas em causa.

13.3. O Município de Lisboa compromete-se a colaborar com o adquirente para a obtenção do melhor resultado com vista ao cumprimento do contrato, abstendo-se da prática de atos inúteis ou que causem encargo desproporcionado ao adquirente do Imóvel.

13.4. O exercício pelo Município de Lisboa das prerrogativas e poderes conferidos por normas legais ou regulamentares não constitui obstáculo ao cumprimento das obrigações por parte do adquirente do Imóvel.

13.5. O Município de Lisboa não participará no investimento nem avalizará empréstimos que o adquirente venha a contrair, devendo este assumir o financiamento da totalidade das obras a executar.

13.6. O Município de Lisboa transmitirá a propriedade dos imóveis no estado em que se encontrem à data de outorga do contrato de compra e venda, não se responsabilizando por qualquer eventual desconformidade face ao que o próprio comprador retirou da visita ao local.

13.7. O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente do aumento da área de construção indicada na ficha urbanística do Imóvel, no âmbito da aprovação do projeto de licenciamento.

13.8. Para efeitos do disposto no número anterior, a mais-valia urbanística é apurada nos seguintes termos:

$$\text{Valor unitário da mais-valia (m}^2\text{/€)} = \frac{\text{Valor arrematado (€)}}{\text{Total da área de construção prevista na ficha urbanística (m}^2\text{)}}$$



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Valor da mais-valia= Valor unitário da mais-valia (€/m²) X de aumento de área de construção (m²)

14. OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE

14.1. A reabilitação do Imóvel deverá cumprir escrupulosamente o previsto no âmbito do controlo prévio da respetiva operação urbanística.

14.2. O adquirente obriga-se a garantir que as obras de reabilitação são executadas com o menor impacto possível sobre os prédios confinantes, sob pena de vir a suportar a reparação de todos os danos daí resultantes, ainda que a título de mera negligência.

14.3. Durante as obras de reabilitação, deverão ser minimizados os transtornos na circulação viária e de peões.

14.4. O adquirente obriga-se ainda a:

- a) Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos de licenças e/ou alvarás necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações necessários à realização das obras de reabilitação do Imóvel;
- b) Assumir o pagamento atempado de todas as taxas, impostos, contribuições e emolumentos relacionados com a aquisição, licenciamento urbanístico e detenção do Imóvel, constituição de ónus ou garantias de natureza real.
- c) Elaborar, a expensas suas, todos os estudos, projetos ou quaisquer documentos que sejam necessários para executar as obras de reabilitação;
- d) Cumprir as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social, bem como pagar todas as taxas, contribuições e impostos legalmente exigidos, bem como autorizar o Município de Lisboa a consultar, por via eletrónica, a sua situação contributiva perante as finanças e a segurança social, até ao integral pagamento do preço do Imóvel;
- e) Obter atempadamente junto dos serviços municipais todas as licenças, autorizações ou aprovações, exigidas por lei ou regulamento para a realização das obras de reabilitação ou reconstrução do Imóvel;
- f) Cumprir todas as obrigações e suportar os custos e encargos relativos ao cumprimento de normas de natureza ambiental;
- g) Praticar uma política preventiva de acidentes, de trabalho ou outros, disponibilizando e divulgando a informação necessária, em locais que sejam facilmente acessíveis;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- h) Colaborar com a fiscalização do Município de Lisboa em tudo o que seja necessário para assegurar o cumprimento do contrato ou de normas legais ou regulamentares aplicáveis;
- i) Dar conhecimento imediato ao Município de Lisboa de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar o cumprimento pontual de qualquer das obrigações emergentes do contrato ou que possam por em causa o Imóvel, caso exista reserva de propriedade sobre o Imóvel registada a favor do Município de Lisboa;
- j) Comunicar ao Município a conclusão das obras, independentemente de tais obras se encontrarem sujeitas a procedimento de controlo prévio ou dispensadas ou isentas de tal procedimento, no prazo máximo de 30 dias a contar da conclusão das mesmas.

14.5. O adquirente apenas poderá hipotecar o imóvel exclusivamente para garantia do financiamento da reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel, competindo-lhe a escolha da entidade financiadora e a negociação das respetivas condições de financiamento, ficando os termos do contrato sujeitos a acordo tripartido, entre a entidade bancária, adquirente e Município.

15. INCUMPRIMENTO

15.1. O não cumprimento pelo adquirente das obrigações previstas no presente caderno de encargos, no contrato a celebrar com o Município de Lisboa implicará o vencimento antecipado da obrigação de pagamento do preço, que será efetuado pela instituição bancária que vier a financiar a operação ou mediante acionamento da garantia bancária *on first demand*, bem como o pagamento de todas as taxas administrativas devidas.

15.2. Constituem, designadamente, causas de incumprimento:

- a) Desconformidade entre as obras efetuadas e o projeto aprovado;
- b) Destruição do edifício, caso o adquirente não o reconstrua dentro do prazo razoavelmente fixado pelo Município de Lisboa para esse efeito;
- c) Não cumprimento do prazo de conclusão das obras, indicado no campo “Prazos” da coluna “Obra e comercialização”, por facto imputável ao adquirente, por prazo superior a trinta dias úteis;
- d) Embargo da obra sem que a respetiva desconformidade seja resolvida ou retificada no prazo de três meses a contar da data do embargo;
- e) Resolução do contrato de financiamento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

15.3. Caso o Município de Lisboa declare o incumprimento contratual, notificará a entidade bancária para proceder ao pagamento do preço do imóvel, no prazo de dez dias úteis a contar da receção da referida comunicação ou acionará imediatamente a garantia bancária de que é beneficiária.

15.4. Verificando-se qualquer facto que implique a resolução do contrato de financiamento, vencer-se-á de imediato a obrigação de pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, obrigando-se a entidade bancária a proceder à transferência do preço do Imóvel para o Município de Lisboa no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da resolução do contrato.

16. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

16.1. É expressamente proibida a transmissão da posição de adjudicatário.

16.2. É proibida a cessão da posição contratual e a venda do Imóvel por parte do adquirente que beneficie do diferimento do pagamento do preço do Imóvel, bem como a celebração de quaisquer contratos que, mesmo sem essa denominação, pretendam objetivamente obter resultado semelhante ou idêntico, total ou parcial, sem a prévia autorização do Município de Lisboa.

16.3. Para efeitos do número anterior, considera-se transmissão a terceiro a celebração de quaisquer contratos que, mesmo sem a denominação de venda do imóvel, pretendam objetivamente obter resultado semelhante ou idêntico, total ou parcial, incluindo a alienação de participações sociais que representem mais de 75 % do capital social da sociedade adquirente do imóvel.

16.4. Salvo consentimento expreso do Município, o adquirente que beneficie do diferimento do pagamento do preço do Imóvel, não poderá alienar, parte ou a totalidade, do Imóvel sem que se encontrem concluídas as obras de reabilitação.

16.5. Caso o adquirente do Imóvel, que tenha procedido ao pagamento do preço ao Município no ato do contrato de compra e venda venha a alienar o Imóvel a terceiro antes de concluído o processo de controlo prévio da operação urbanística a terceiro, designadamente antes da emissão em seu nome e pagamento das correspondentes licenças, fica obrigado a pagar o valor correspondente ao desconto de 10% que obteve por via do pagamento a pronto.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

16.6. Em caso de incumprimento do previsto no número anterior, poderá o Município demandar o terceiro adquirente, sem prejuízo do direito de regresso deste sobre o adquirente do Imóvel em virtude da hasta pública.

17. ENCARGOS E DESPESAS

17.1. Todos os encargos legais e despesas decorrentes da alienação do Imóvel, bem como de constituição de hipoteca voluntária e registo desta ou de cláusula de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa, ou relacionadas com a emissão de garantia bancária são da responsabilidade do adquirente.

17.2. Sem prejuízo dos benefícios fiscais aplicáveis, o adquirente fica obrigado a liquidar e pagar o Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT), apresentando o correspondente documento comprovativo no ato da celebração do contrato de compra e venda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, bem como ao pagamento do Imposto de Selo devido.

17.3. Sem prejuízo dos benefícios fiscais legalmente previstos, o adquirente fica ainda obrigado a proceder ao pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis a partir do ano em que ocorrer a transmissão do Imóvel para o seu património.

18. SEGURO

Caso a operação de reabilitação se realize com recurso a fundos próprios com diferimento no pagamento do preço do Imóvel, deverá o adquirente celebrar e manter em vigor, até ao integral pagamento do preço do Imóvel, apólice de seguro que garanta a cobertura de perdas e danos acidentais causados ao Imóvel, inscrevendo o Município de Lisboa como respetivo beneficiário.

19. COMPROMISSO ARBITRAL

19.1. A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.

19.2. Para efeitos do disposto no número anterior, a tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- a) Cada Parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá;
- b) Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral;
- c) O presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao presidente do tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

20. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

As divergências que existam entre os documentos relativos à hasta pública e o contrato de compra e venda devem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, aplica-se as normas imperativas da lei e do Caderno de Encargos;
- b) Em segundo lugar, aplicam-se as disposições do contrato de compra e venda, na sua versão final, que não colidam com as disposições imperativas da lei e do Caderno de Encargos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS A ALIENAR NO ÂMBITO DA HASTA PÚBLICA DO PROGRAMA “REABILITA PRIMEIRO PAGA DEPOIS”

PREÇOS BASE DE LICITAÇÃO DO PROGRAMA "REABILITA PRIMEIRO E PAGA DEPOIS"

Nº de ordem	Morada Principal	Freg	Data Visita Prédio	Descrição Predial	Artigo Matricial	A.B. Máx. (m2)	Preço Base de Licitação Atualizado	Prazos estimados mínimos (meses)		Prazo de Pagamento (meses)
								Obra + Comerc.	Projeto	
1	Travessa da Ferrugenta, 20, 22 e Beco da Ferrugenta, s/n.º	Aljuda		3118/Aljuda	753/Aljuda	340,00	85.000 €	12	6	18
2	Largo do Galvão, 14	Belém		1739/SMBelém	2206/Belém	340,00	154.000 €	14	6	20
3	Travessa do São Tomé, 3	Santa Maria Maior		336/SVFora	1747/SMMaior	160,00	115.000 €	14	6	20
4	Rua da Atalaia, 176, 178	Misericórdia		285/Encarnação	529/Misericórdia	335,00	242.000 €	20	6	26
5	Calçada de São Vicente, 86, 88	São Vicente		130/SVFora	1603/São Vicente	372,00	188.000 €	20	6	26
6	Travessa da Trabuçeta, 29 a 33	Estrela		1885/Alcântara	792/Estrela	112,00	52.000 €	12	6	18
7	Rua de Campolide, 256, 256A	Campolide		5379/SVPedreira	106/Campolide	600,00	367.000 €	18	6	24
8	Rua Zófilmo Pedroso, 57 a 61	Marvila		5091/SMOlivais	711/Marvila	325,00	65.000 €	14	6	20
9	Beco dos Loios, 12, 14, 16	São Vicente		77/Graca e 152/SVFora	1799 e 1801/Sao Vicente	393,20	176.000 €	20	6	26
10	Rua do Lumiar, 131 a 135	Lumiar		1459/Lumiar	211/Lumiar	359,45	79.200 €	14	6	20
11	Largo Marquês de Angeja, 1, 2 e Rua da Junqueira, 271	Belém		982/SMBelém	130/Belém	355,00	203.000 €	14	6	20
12	Rua da Esperança do Cardal, 8, 10	Santo António		401/São José	1629/Sio António	193,00	154.000 €	18	6	24
13	Rua do Cardal de São José, 40	Santo António		537/São José	1688/Sio António	108,00	87.000 €	12	6	18
14	Rua da Atalaia, 180, 186A	Misericórdia		283/Encarnação	532/Misericórdia	182,20	132.000 €	20	6	26
15	Rua dos Sete Molinhos, 100 a 104	Campo de Ourique		3523/Sio Isabel	1773/COurique	369,00	58.000 €	14	6	20
16	Rua das Beatinhas, 39 a 43	São Vicente		1916/Sia Engrácia	284/Sao Vicente	228,00	103.000 €	16	6	22
17	Rua da Graça, 131 a 135 e Rua do Sol a Graça, 56 a 62	São Vicente		1912/Sia Engrácia	241/Sao Vicente	500,00	288.000 €	20	6	26
18	Rua da Graça, 123 a 129	São Vicente		1915/Sia Engrácia	240/Sao Vicente	450,00	260.000 €	20	6	26
19	Largo de Santa Marinha, 12 a 13	São Vicente		69/Graca	1753/Sao Vicente	111,00	80.000 €	12	6	18
20	Rua da Penha de França, 138 a 144	Penha de França		3638/SJArroios	1679/Penha França	1345,60	617.000 €	24	6	30



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO II
MINUTA DE DECLARAÇÃO

1 — (Nome, número fiscal de contribuinte, número de cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, estado civil e domicílio ou, no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, sede, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, indicação do número de pessoa coletiva, da conservatória do registo comercial onde se encontra registada e do respetivo capital social), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado conhecimento das peças da hasta pública a realizar no dia _____, Processo n.º .../HP/CCM/2015, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, vem por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos:

(2):

a) ...

b) ...

...

2 — Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (8);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- f) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, contribuições e taxas ao Município de Lisboa;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (11);
- h) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);
- i) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);
- j) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- k) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada.

(local), ... (data), ..

[assinatura do candidato ou do representante legal do candidato, não carece de ser reconhecida (17)].

- (1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.
- (2) Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (9) Declarar consoante a situação.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um prédio bastará um exemplar desta declaração e dos documentos a apresentar nos termos do ponto 2. desta declaração.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO III PROCURAÇÃO

_____ (identificação do concorrente), [(1) representado neste ato por _____, com poderes para o efeito], constitui seu bastante procurador _____ (nome, estado civil e nacionalidade do procurador), titular do cartão de cidadão/ bilhete de identidade/passaporte n.º _____, a quem confere a totalidade dos poderes necessários para o/a representar na hasta pública promovida pelo Município de Lisboa, a realizar no dia _____, Processo n.º /HP/CCM/2015, que tem por objeto a alienação dos Imóveis identificados no Anexo I das peças do procedimento, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, e licitar o(s) seguinte(s) prédio(s) urbanos:

a) Sito na _____;

b) Sito na _____;

(...)

Nos poderes de representação aqui atribuídos incluem-se, em especial, os de participar e intervir no ato público do concurso, entre outros, solicitando esclarecimentos, participando em decisões comuns, apreciando documentos, tomando conhecimento de atos ou factos, aceitando notificações, deduzindo reclamações, interpondo recursos e, muito especialmente o poder de, no momento e condições definidas no Programa de Concurso, licitar em nome do representado, formulando lances que consistem em propostas de pagamento do preço, a pronto ou diferido, do(s) imóvel (imóveis) pelo candidato ao Município de Lisboa, nos termos definidos no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos.

O limite máximo do número e valor dos lances que o procurador tem poderes para propor ao Município de Lisboa, é absolutamente secreto entre o representado e o procurador, não podendo nem devendo ser do conhecimento do Município, pelo que, em caso algum, o representado poderá invocar abuso de representação, ficando válida e definitivamente vinculado à intervenção e proposta do procurador, como se estivesse ele próprio a intervir.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

A constituição desta procuração e o exercício de qualquer dos poderes aqui conferidos, significam a expressa e irretratável declaração de que o procurador é suficientemente capaz de entender e querer, exigida pela natureza do negócio jurídico em que intervém, especialmente tendo em consideração que a tramitação do processo é em língua portuguesa.

Data

(Assinatura suficiente para obrigar o candidato, reconhecidas legalmente nessa qualidade)

(1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um prédio bastará um exemplar desta procuração



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO IV DECLARAÇÃO

_____, abaixo-assinado, com residência em _____, por si ou na qualidade de _____ (diretor, gerente, sócio-gerente, proprietário, mandatário, etc.) da empresa _____, com sede em _____, declaro que pretendo adquirir e reabilitar o prédio urbano sito na _____.

Caso tal prédio seja adjudicado no âmbito do Processo n.º/HP/CCM/2015, procederemos ao pagamento do preço ao Município de Lisboa [na data da celebração do contrato de compra e venda] ou na data prevista no Caderno de Encargos, com recurso a [financiamento bancário ou a meios financeiros próprios].

_____, ____ de _____ de 2015

[assinatura do candidato ou do representante legal do candidato, não carece de ser reconhecida]

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um prédio deverá elaborar e assinar uma declaração por cada Imóvel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO V

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco..... com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (euros), destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato de compra e venda do prédio urbano sito na, com a área de construção de, descrito no registo predial sob o n.º da freguesia de, inscrito na matriz urbana da freguesia de sob o artigo, com diferimento do pagamento do respetivo preço para a data fixada para o cumprimento da obrigação de conclusão das obras de reabilitação ou de reconstrução pelo adquirente, objeto da Hasta Pública N.º ____/2015, regulada nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que....., assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da receção do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa,..... dede 2015

(assinatura)

Obs.: qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas deverão ser reconhecidas na qualidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO VI
CARACTERÍSTICAS, LOCALIZAÇÃO E EDIFICABILIDADE



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Ajuda (Nova Freguesia)

Morada: Travessa da Ferrugenta (Ajuda) 20 e 22 - Beco da Ferrugenta S/N

Cód. SIG: 0103204025001 / 0103204030001

Obras nº 15132 e 15118



Data: 20.03.2015.

Existente: 1 piso + 2 pisos (2 prédios na mesma parcela)

PDM 2012:

Reabilitação Urbana: Área de Reabilitação Urbana / Bairro – Zona de Intervenção Prioritária Rio Seco

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial a Consolidar

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e outras Restrições de Utilidade Pública: -----

Viabilidade Urbanística

Nº pisos: 2 pisos + sótão

nos termos do disposto no artigo do Plano Diretor Municipal

Reabilitação profunda

Área da parcela: 155,00m² (área coberta -120,00m² + área descoberta 35,00m²) - área registada

Área Bruta de Construção: 340,00 m² (120,00 x 2 pisos + 100,00m²)

Uso: Habitação, comércio, serviços, Indústria compatível e micro logística (nos termos expressos no nº 4 e 5 do artigo 41º, por remissão do artigo 59º ponto 2 do Regulamento do PDM.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Belém
Morada: Largo do Galvão, 14
Cód. SIG: 3200201014001
Obra n.º 10036



Data: 06.04.2015

PP/PU: ---

Existente:

N.º de pisos: 2 pisos + sótão e 1 piso (anexo/garagem)
Área do lote - 520,00 m² (Registo Predial).
Área de Implantação - 190,00 m² (Registo Predial).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial a Consolidar. Traçado Urbano A (artº 60º ponto 2. do RPDM)

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 3

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública 1:

Zona de protecção de Instalações Militares;
Servidão do Aeroporto de Lisboa

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda com manutenção do edifício existente, nos termos dos pontos 1. alíneas a) e b) e ponto 2 do artigo 60º do Regulamento do PDM.

N.º de pisos: 2 pisos + sótão

Área da parcela: 520,00m² (Registo predial)

Área de Implantação: 190,00 m² (110,00m + 80,00m²)

Área Bruta de Construção: 340,00m² - 260,00 m² (2 pisos + sótão) + 80,00m² (1 piso)

Usos: Habitação, Terciário, Turismo, Equipamento, Indústria compatível e micro-logística, nos termos dos pontos 3 a 7 do artigo 41º do Regulamento do PDM - (por remissão do artigo 59º ponto 2 do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Santa Maria Maior (Nova Freguesia)

Morada: Travessa de São Tomé, 3

Cód. SIG: 4700501011001

Obra: 24268



Data: 19.02.2015

PP/PU: PU Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo (PUNHACC)

PP de Reabilitação Urbana da Colina do Castelo - em elaboração.

Classificação do Espaço Urbano:

Zona Homogénea Habitacional I (ZAHH1 - n.º 1.1. a) e b) do artigo 5.º do PUNHACC).

Existente: N.º de pisos: 3 pisos + sótão.

Área da parcela: 45,00m² (área registada na cadcmeta predial);

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Bairro de Intervenção Prioritária - Alfama.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública: -----

Viabilidade Urbanística (nos termos do PUNHACC):

Reabilitação, mantendo-se a volumetria e a cêrcea, bem como as características morfológicas, nos termos do ponto 1.1 alíneas a) e b) do RPUNHACC, tendo em atenção o grau de Protecção e os princípios gerais de intervenção, segundo o critério da respectiva Ficha de Catalogação, arts. 6.º, 7.º e 12.º, todos do RPUNHACC.

Previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, nos termos expressos no n.º 1 do art.º 18.º do RPUNHACC.

Área da parcela: 45,00m² (área registada na caderneta predial);

Área de Implantação: 45,00m² (área registada na caderneta predial);

N.º de pisos: 3 + sótão.

Área Bruta de Construção: 160,00m² (45,00m² x 3 pisos + 25,00m²).

Usos: Manutenção do Uso Habitacional (inclui o Alojamento Local), nos termos expressos no art. 33.º do RPUNHACC.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Misericórdia (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Atalaia, 176 / 178
Cód. SIG: 1500706017001
Obra n.º 12079



Data: 09.12.2014.

PP/PU: PU Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica (eficaz) / PP Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica (elaboração).

Estudos: Projecto Urbano - Príncipe Real - Bairro Alto e Bica.

Existente: Nº pisos: 4 + aproveitamento de sótão.

Área da parcela: 72.00m² (área registada).

Área de Implantação: 67.50m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 335,00m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) - Conjunto de Interesse Público - Bairro Alto / ZEP do Bairro Alto e imóveis classificados na sua área envolvente.

Viabilidade Urbanística (nos termos do RPUNHBAB) (P.959/EDI/2004)

Planta de Zonamento: Área Histórica Habitacional I.

Reabilitação com manutenção da volumetria e das fachadas do edifício existente, nos termos expressos no Processo n.º 959/EDI/2004) e nos termos dos arts. 7.º e 9.º, ambos do RPUNHBAB.

Nº pisos: 4 (piso térreo com ocupação integral e os restantes com ocupação parcial) + aproveitamento de sótão.

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM (mesmo quando ocorra mudança de uso).

Área da parcela: 72.00m² (área registada).

Área de Implantação: 72.00m².

Área Bruta de Construção: 335,00m².

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local)/Comércio, nos termos expressos no n.º 1, do art. 25.º do RPUNHBAB.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



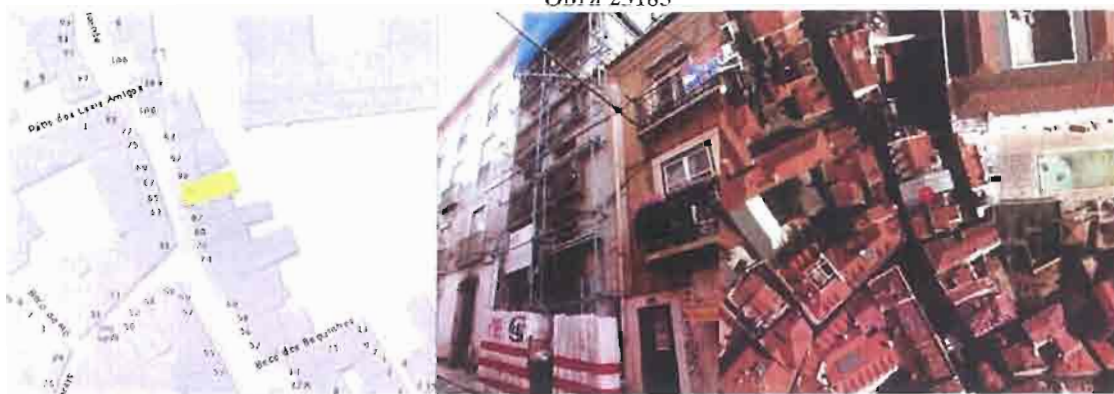
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)

Morada: Calçada de São Vicente, 86 - 88

Cód. SIG: 5101101020001

Obra 23183



Data: 10.09.2014.

PP/PU: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo (PUNHACC) - eficaz / Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Colina do Castelo - em elaboração.

Estudos: Projeto Urbano - 05 Colina do Castelo.

Classificação do Espaço Urbano: Zona de Área Histórica Habitacional (ZHH I - n.º 1.1. do artigo 5.º do PUNHACC).

Existente Nº pisos: 5 + aproveitamento de sótão.

Área da parcela: 70,00 m² (área registada).

Área de Implantação: 70,00 m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 372,00 m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Bairro de Intervenção Prioritária - Alfama.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Aqueológico:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento subsolo, sujeitos a apreciação do órgão competente da administração central (n.º 2 do art. 22.º do RPUNHACC).

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC - ZPI Paço de São Vicente (não abrange a Cerca / Mosteiro de São Vicente) e ZEP do Edifício Sede de «A Voz do Operário».

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda, com manutenção das fachadas periféricas do imóvel, susceptíveis de salvar e reconstrução, nos termos expressos nos arts. 12.º e 14.º do PUNHACC. Demolição parcial subjugada ao enquadramento expresso no art. 10.º do PUNHACC.

Nº pisos: 5 + aproveitamento de sótão.

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM e alínea b) do art. 18.º do RPUNHACC.

Área da parcela: 70,00m² (área registada).

Área de Implantação: 70,00 m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 372,00 m².

Uso: Habitação (inclui o Alojamento Local), Comércio/Serviços, nos termos expressos no art. 33.º do RPUNHACC.

NOTA: Estima-se que à área registada acresçam 27,00m² de área descoberta, em conformidade com o expresso na caderneta predial urbana.



Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
O Município deverá ser ressarido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Estrela (Nova Freguesia)
Morada: Travessa da Traбуquetа 29 - 33
Cód. SIG: 2602503003001
Obra 16030



Data: 29.01.2015

PU: Plano de Urbanização de Alcântara, (Proposta Aprovação final)
Planta de Zonamento I - Qualificação e Uso do Solo:
Espaços Consolidados - Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano A.

Existente: Nº pisos: 2
Área da parcela: 46,00 m² (Registo Predial);
Área de Implantação: 46,00m² (Registo Predial)
Área Bruta de Construção: 92,00m² (46,00 m² x 2).

PDM 2012:
Reabilitação Urbana:
ARU - Área de Reabilitação Urbana.
Qualificação do Espaço Urbano:
Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.
Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 3
Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:
DGPC (Direção Geral do Património Cultural) – Zona Especial de Protecção (ZEP)
Conjunta do Palácio das Necessidades.

Viabilidade Urbanística (nos termos do PUA):

Reabilitação profunda, com manutenção da fachada principal
Nº pisos: 2 + águas furtadas /sótão (artigos 19.º 21.º, 22º e 23.º do Regulamento do PUA).
Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Equipamento, Indústria compatível e Micro-logística
(nos termos expressos no art. 19.º do Regulamento do PUA).
Área Bruta de Construção: 112,00m² (46,00 m² x 2 pisos + 20,00m²).

Nota: Tendo em consideração as construções clandestinas existentes, deverá ser considerada a demolição das obras na cobertura, que deverá ser proposta em duas águas. A implantação do prédio não poderá ultrapassar a área registada (46,00m²).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Campolide (Nova Freguesia)
Morada: Rua de Campolide, 256 – 256A
Cód. SIG: 1003111031001
Obra nº: 38383



Data: 16.02.2015

Existente: N.º de pisos: 4.

PDM 2012:

Reabilitação Urbana: -----

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial a consolidar

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 3

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação com manutenção do prédio existente: n.º de pisos 4 + aproveitamento de sótão, nos termos do artigo 60.º pontos a) e b) do Regulamento do PDM.

Isenção de estacionamento privativo no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona Especial de Protecção (ZEP) ao Aquecimento das águas Livres (troço entre Campolide e Av. Eng. Duarte Pacheco) - condicionante Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Área da parcela: 230,90 m² - (caderneta predial).

Área de Implantação: 134,90 m² + logradouro: 96,00 m² - (caderneta predial).

Área Bruta de Construção: 600,00m² (135,00m² x 4 + 60,00m²).

Usos: Os usos devem respeitar os pontos 3 a 7 do artigo 41.º do Regulamento do PDM- (conforme artigo 59.º ponto 2 do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Marvila
Morada: Rua Zófimo Pedroso, 57 - 61
Cód. SIG: 2108712030001
Obra n.º 2393



Data: 03.03.2015

Existente: Nº pisos: 2 pisos (105,00m² x 2) + 1 Piso (60,00m²) = 270,00 m².

Área da parcela / Implantação: 165,00 m² (conforme levantamento topográfico).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal – Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico : Nível 3

Viabilidade Urbanística:

Obra Nova : demolição do prédio existente e a construção de novo prédio, com nova implantação definida pelo alinhamento das fachadas da Rua Zófimo Pedroso. O prédio, manterá os dois pisos (existentes), mas na totalidade do lote, devendo a cerca no prédio, integrar-se nas cercas dos edifícios confinantes. Admite-se o aproveitamento do sótão nos termos do art.º 42º 3. d) do Regulamento do PDM.

Nova área da parcela: 137,50m² (conforme levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 325,00m² - 2 pisos + sótão (275,00 m² + 50,00m²)

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Equipamento e Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos no n.º 4, do art. 41.º do RPDM).



- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente
Morada: Beco dos Lóios, 12-14 /16
Cód. SIG: 5101003005001 e 5101003006001
Obra nº: 19413 e 24514



Data: 28.04.2015.
PU: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (PUNHM)
PP: Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Colina do Castelo - em elaboração.
Classificação do Espaço Urbano:
Zona Homogénea Habitacional I (ZAHH 1 – zona de vestígios medievais- alínea a) do
artigo 5.º do PUNHM).

Estudo Urbano: Projeto Urbano da Mouraria (415/DPUR/DIV/2008).

Existente: N.º de pisos: 4 + águas furtadas.

PDM 2012:

Reabilitação Urbana: ARU- Área de Reabilitação Urbana

Zona de Intervenção Prioritária - Mouraria.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Centrais e Residenciais consolidados - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 2- projectos
que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da
administração central.

Viabilidade Urbanística (Viabilidade nos termos do PUNHM Mouraria):

Reabilitação profunda com manutenção do existente – Nos termos do Art. 9.º do PUNHM

N.º de pisos: 4 + águas furtadas.

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por
enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM por remissão do Artigo 15º do
Regulamento do PUNHM.

Área da parcela: 46,00 m2 (área registada nº 12-14).

Área da parcela: 42,30 m2 (área registada nº 16)

Área de Implantação total: 88,30 m2 (área registada 12-14 +16).

Área Bruta de Construção total: 393,20m2 (88,30m2 x 4 + 40,00m2) .

Usos: Uso Habitacional, com possibilidade de comércio diário local no plano da via
pública e com acesso directo a ela (alínea a), do art. 5.º e n.ºs 3 e 4, do art. 25.º, do
PUNHM).

Estima-se que o imóvel com entrada pelo n.º 16 apresente uma área superior à área registada pelo que o
Município deverá ser ressarcido de mais-valia urbanística decorrente do acréscimo da Área de Construção que
vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Lumiar
Morada: Rua do Lumiar, 131-135
Cód. SIG: 1804604001001
Obra n.º 28426



Data: 22.03.2013

Existente: Nº pisos: 3 + aproveitamento de sótão (artigos 42.º a 45.º do RPDM).
Área da parcela: 245,55m² (segundo levantamento topográfico).
Área de Implantação: 138,55m² (segundo levantamento topográfico).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) - Imóveis de Interesse Público - Conjunto do Paço do Lumiar / Conjunto que Integra a Quinta dos Azulejos, a Quinta das Hortências, a Quinta do Marquês de Angeja, a Quinta do Monteiro - Mor e a Capela de São Sebastião.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda, com manutenção da volumetria do corpo principal e da fachada que confina com a Rua do Lumiar. Demolição parcial a tardoz e da empena lateral, para acerto com o novo limite da parcela. Reposição da simetria da cobertura face ao redimensionamento da parcela.

Nº pisos: 3 + aproveitamento de sótão (artigos 42.º a 45.º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 128,20m² (segundo levantamento topográfico).

Área de Implantação: 102,70m².

Área Bruta de Construção: 359,45m² (102,70x3 + 51,35).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Equipamento, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art. 41.º do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Belém (Nova Freguesia)

Morada: Largo do Marquês de Angeja, 1 e 2 / Rua da Junqueira, 271

Cód. SIG: 3201305011001

Obra nº 6915



Data: 20.03.2015

Existente: 1 piso + águas furtadas

PDM 2012:

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e outras Restrições de Utilidade Pública:

ZEP conjunta da Capela de Santo Amaro, da Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, do Palácio Burnay e da Sala designada "Salão Pompeia" do antigo Palácio da Ega – condicionante DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) -

Viabilidade Urbanística

Nº pisos. 1 piso + águas furtadas

Reabilitação do prédio existente.

Área da parcela: 205,00m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 355,00 m² (205,00 m² +150,00m²).

Uso: Uso: Habitação, comércio, serviços, Indústria compatível e micro logística (nos termos expressos no nº 4 e 5 do artigo 41º do Regulamento do PDM)

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

Freguesia: Santo António (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Esperança do Cardal, 8-10
Cód. SIG: 4500904034001
Obra n.º 43854



Data: 08.07.2013.

PP/PU: Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) - Eficaz.

Planta de Zonamento I - Classificação Patrimonial:

Área de Potencial Valor Arqueológico - Nivel 2 de Intervenção.

Planta de Zonamento II - Morfologia Urbana e Uso do Solo:

Sector B - Encostas da Avenida da Liberdade/Área Histórica Habitacional.

Interior do quarteirão: Área verde privada a salvaguardar.

Planta de Estrutura Verde:

Logradouros arborizados com dimensão significativa ou localização estratégica.

Planta de Sistema de Espaços Colectivos:

Faz parte de um percurso de fruição urbana, a requalificar.

Estudos: Projecto Urbano - Colina de Santana (em elaboração).

Existente: N.º de pisos: 3 (sendo o último amansardado);

Área da parcela: 92,14m² (área registada);

Área de Implantação: 56,26m² (área registada).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU: Zona/Bairro de Intervenção Prioritária - S. José/Santa Marta.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Centrais e Residenciais consolidados - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nivel Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC - ZPI Conjunto de Interesse Público - Campo dos Mártires da Pátria/Campo Santana/ZEP conjunta de Imóveis Classificados da Avenida da Liberdade e Área Envolvente.

Viabilidade Urbanística nos termos do PUALZE:

Requalificação, revisão do piso amansardado e reposição da simetria da cobertura, art. 18.º por remissão do art. 24.º do PUALZE. Possibilidade de ampliação através do aumento da profundidade do edifício, fazendo o acerto de empenas com o edifício confinante com o n.º 4 (n.º 2, do art. 19.º, por remissão do art. 25.º, do PUALZE).

N.º de pisos: 3 (sendo o último amansardado) (não pode exceder a moda do número de pisos dos edifícios situados no mesmo lado do quarteirão, nem ultrapassar em mais de um piso a altura do edifício confinante mais baixo - alínea c) do n.º 1 do art. 23.º do PUALZE).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no art. 12.º do PUALZE.

Área da parcela: 92,14m² (área registada).

Área de Implantação: 66,50m² (área estimada, com base no sistema Ixi).

Área Bruta de Construção: 193,09m² (2 x 66,50m² + 60,09m²).

Usos: Uso Habitacional (inclui alojamento local), n.º 1 do art. 30.º do PUALZE.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Santo António
Morada: Rua do Cardal de São José, 40
Cód. SIG: 4500903028001
obra n.º: 1107



Data: 17.10.2012

PP/PU: **Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE):**

Planta de Zonamento I - Classificação Patrimonial:

Área de Potencial Valor Arqueológico - Nível 2 de Intervenção.

Planta de Zonamento II - Morfologia Urbana e Uso do Solo:

Área Histórica Habitacional.

Sector B - Encostas da Avenida da Liberdade.

Planta de Condicionantes:

Área de Protecção ao Aeroporto.

Área de Protecção a Edifícios Públicos.

Existente: N.º de pisos: 2 (em ruína).

Área de Implantação: 36,00m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

Zona de Intervenção Prioritária: São José / Santa Marta.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Centrais e Residenciais consolidados - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 3.

Servidões Administrativas e outras Restrições de Utilidade Pública:

IGESPAR- ZEP - Zona Especial de Protecção - Zona Especial de Protecção aos Imóveis

Classificados da Av. da Liberdade e área envolvente.

Viabilidade Urbanística / Viabilidade nos termos do PUALZE:

Obra nova com ampliação.

Moda do n.º pisos do mesmo lado do quarteirão (com base na caracterização do edificado do LX Mapas) - 3 Pisos.

N.º de pisos: 3 (Não pode exceder a moda do número de pisos dos edifícios situados no mesmo lado do quarteirão em que o edifício se situa nem ultrapassar em mais de um piso a altura do edifício confinante mais baixo – alínea c) do n.º 1 do art. 23.º do PUALZE).

Isonomia da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4, art. 75.º do RPDM e alínea b), ponto 2, art. 12.º do PUALZE.

Área da parcela: 36,00m² (área registada).

Área de Implantação - 36,00m².

Área Bruta de Construção: 108,00m² (3 x 36,00m²).

Usos: Uso Habitacional e Instalação de Empreendimentos Turísticos (n.º 1 do art. 30.º do PUALZE).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Misericórdia (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Atalaia, 186 / 186A
Cód. SIG: 1500706019001
Obra n.º 12078



Data: 03.06.2013.

PP/PU: PU Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica (alteração) / PP Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica (elaboração).

Existente: Nº pisos: 2 + aproveitamento de sótão;
Área da parcela: 44,00m² (área registada);
Área de Implantação: 44,00m² (área registada);
Área Bruta de Construção: 110,00m² (44,00m² x 2 + 22,00m²).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) - Conjunto de Interesse Público - Bairro Alto / ZEP conjunta do Bairro Alto.

Viabilidade Urbanística nos termos do PU Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica:

Planta de Zonamento: Área Histórica Habitacional I.

Reabilitação profunda, nos termos expressos nos arts. 7.º e 9.º ambos do RPUNHBAB, salientando-se o expresso na alínea c), do n.º1 do art. 7.º

Nº pisos: 4 + aproveitamento de sótão.

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDPM (mesmo quando ocorra mudança de uso).

Área da parcela: 44,00 m² (área registada).

Área de Implantação: 40,55 m² (área proposta).

Área Bruta de Construção: 182,20m² ((44,00m² - 3.45) x 4 + 20,00m²)).

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local)/Comércio, nos termos expressos no n.º1, do art. 25.º do RPUNHBAB.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Santo Condestável
Morada: Rua dos Sete Moínhos, 100-104
Cód. SIG: 3503201061001
Obra: 28205



Data: 17.10.2012.

PP/PU: **Plano de Urbanização de Alcântara**, aprovado na Reunião de Câmara de 20 de Julho de 2011, para submeter à Assembleia Municipal proposta da versão final do Plano de acordo com a Proposta n.º 580/2011 (eficaz).

Planta de Zonamento I - Qualificação e Uso do Solo:

Espaços Consolidados - Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano A.

Existente: N.º de pisos: 1 + 1 (parcial).

Área da parcela: 199,60m² (conforme levantamento topográfico).

Área de Implantação: 185,70m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

Zona de Intervenção Prioritária.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaços Centrais e Residenciais - a Consolidar.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 2.

Viabilidade Urbanística nos termos do PUA:

Reabilitação profunda/reconstrução, com preservação dos elementos passíveis de salvar, nomeadamente da fachada, ao nível do piso térreo, que confina com a rua dos Sete Moínhos, com possibilidade de enquadramento, nos termos expressos nos n.ºs 5 e 6, do art.º 45.º do RPDM, tendo em vista o acerto de empenas a tardoz.

Média da cêrcea da frente edificada (com base na caracterização do edificado do Lx Mapas) - 2 Pisos.

N.º de pisos: 2 + 1 (parcial) (Possibilidade de ampliar 1 Piso para atingir a média da cêrcea e da altura total da frente edificada - alínea a) e b) do n.º 4 do art. 21.º do PUA e com possibilidade de aproveitamento da cobertura para fins habitacionais - art. 23.º do PUA).

Área da parcela: 199,60m² (ac = 185,70m² + ad = 13,90, conforme levantamento topográfico)

Área de Implantação: 185,70m² (conforme levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 369,00m² (185,70m² + 123,40m² + 60,00m²).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Usos: Uso Habitacional com possibilidade de terciário, turístico ou equipamento, desde que abranja a totalidade das fracções ou quando se prevejam acessos independentes (n.º 3 e n.º 4 do art. 19.º do PUA).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)

Morada: Rua das Beatas, 39 - 43

Cód. SIG: 1601903011001

Obra n.º 22777



Data: 25.02.2014

Existente: Nº pisos: Semicave + 1 + aproveitamento de sótão.
Área da parcela: 137,00 m² (área registada).
Área de Implantação: 89,00m² (área registada).
Área Bruta de Construção: 193,50m² (89,00 + 60,00 + 44,50).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana/Bairro de Intervenção Prioritária - Graça/Sapadores.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC - ZPI - Vila Berta - Classificada como Imóvel de Interesse Público.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda/requalificação com manutenção das fachadas principais.

Nº pisos: Semicave + 2 (sendo o último parcial) nos termos expressos no art. 42.º do RPDM.

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 137,00 m² (área registada).

Área de Implantação: 89,00m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 226,00m² (89,00 + 77,00 + 60,00).

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços, Equipamentos, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art. 41.º do RPDM).

Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística de construção da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Graça 131 – 135/ Rua do Sol à Graça, 56-62
Cód. SIG: 1601903005001
Obra 21626



Data: 18.02.2014
Existente: N.º de pisos: 5.
Área da parcela: 94,00 m2 (área registada).
Área de Implantação: 94,00m2 (área registada)

PDM 2012:

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço central e residencial consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de valor arqueológico: Nível 3

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona de proteção a Imóveis classificados –Imóvel de Interesse Público-4788 –Vila Berta, condicionante Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

O Imóvel faz parte da Carta Municipal do Património, integrado no **Conjunto Arquitetónico - 16.02**, sujeito a parecer do Núcleo Residente da Estrutura Consultiva (NREC), nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Regulamento do PDM.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação do prédio existente, nos termos do artigo 27º e 28º do Regulamento do PDM.
Nº pisos: 5 + aproveitamento do sótão (nos termos do ponto 3.d) do artigo 42º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM (mesmo quando ocorra mudança de uso).

Área da parcela: 94,00 m2 (área registada).

Área de Implantação: 94,00m2 (área registada).

Área Bruta de Construção: 500,00m2 (94,00m2 x 5 pisos + 30,00m2).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos no n.º 5, do art. 41.º do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa n.º 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Graça 123 - 129
Cód. SIG: 1601903015001
Obra 11105



Data: 18.02.2014.

Existente: N.º de pisos: 4 + aproveitamento sótão.

Área da parcela: 121,00 m² (área registada).

Área de Implantação: 104,00m² (área registada).

PDM 2012:

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço central e residencial consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de valor arqueológico: Nível 3

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona de proteção a Imóveis classificados -Imóvel de Interesse Público-4788 -Vila Berta, condicionante Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

O Imóvel faz parte da Carta Municipal do Património, integrado no **Conjunto**

Arquitetónico - 16.02, sujeito a parecer do Núcleo Residente da Estrutura Consultiva

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação do prédio existente, nos termos do artigo 27º e 28º do Regulamento do PDM.

Nº pisos: 4 + aproveitamento do sótão (nos termos artigo 42º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM (mesmo quando ocorra mudança de uso).

Área da parcela: 121,00 m² (área registada).

Área de Implantação: 100,00m² (104,00 m² área registada).

Área Bruta de Construção: **450,00m²** (100,00m² x 4 pisos + 50,00m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos no n.º 5, do art. 41.º do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a:1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)

Morada: Largo Santa Marinha, 12 - 13

Cód. SIG: 5100802010001

Obra n.º 24544



Data: 28.04.2014

PP/PU: PP/PU: PU Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo (PUNHACC), em
revisão / PP de Reabilitação da Colina do Castelo, em elaboração, com Termos de
Referência aprovados.

Existente: N.º de pisos: 2.

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

Zona de Intervenção Prioritária - Alfama.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível 2.

Viabilidade Urbanística (nos termos do PUNHACC):

Zona ZHH1 da Planta de Zonamento (artigo 5º, 1.1 do RPUNHACC).

Reabilitação profunda com ampliação.

Nº pisos: 2

Isenção de estacionamento, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do
RPDM.

Área da parcela: **73,50 m2** (conforme levantamento topográfico).

Área de Implantação: **55,50 m2** (conforme levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 111,00 m2 (55,50 m2 x 2)

Usos: artigo 5º ponto 2 do Regulamento do PUNHACC.

Nota: O processo **1499/EDI/2007**, diz respeito a um projecto, elaborado pela ex EPUL para
licenciamento da obra de reconstrução do prédio, tendo o mesmo sido aprovado (projecto de
Arquitectura) em 12/07/2009, embora posteriormente arquivado. Conforme o Despacho do Sr.
Vereador Manuel Salgado a fls. 190 do processo de 03/08/2012, o mesmo terá valência de Pedido
de Informação Prévia, para efeitos do exposto na alínea a), ponto 2 do art. 6.º do PUNHACC e
para os efeitos previstos no Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação, caso se pretenda para
o prédio, a solução arquitectónica aprovada no referido processo.

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Penha de França (Nova Freguesia)
Morada: Rua da Penha de França, 138/140 - 144 (Vila Rosário)
Cód. SIG: 2501301039001/2501301034001
Obras n.º 16676/11585



Data: 23.03.2015

Existente: N.º de pisos: 2/3 e cave parcial.
Área da parcela: 950,00m² (área registada).

PDM 2012:

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano B.

Estrutura Patrimonial Municipal - Património Edificado:

25.18 - Conjunto arquitectónico da Lista de Bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico - Vila do Rosário/Rua da Penha de França, 138 (Anexo III).

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Parcialmente em área de Protecção a Património.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda com manutenção do edifício existente.

N.º pisos: 2/3 e cave parcial (nos termos expressos no art. 42.º do RPDM).

Área da parcela: 950,00m² (área registada).

Área de Implantação: 652,10m² (segundo levantamento topográfico).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área Bruta de Construção: 1345,60m² (segundo levantamento topográfico).

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços (nos termos expressos no ponto 6 do art. 41.º conjugados com o expresso no art. 30.º do RPDM).

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento

285/2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área registada 520,00m²

PROVENIÊNCIA
Jaime Rosário Simões e Cuiab
Escritura em 19/08/1948 Doc. IV 5294 T.º 1371



		D.P.S.V.P. Departamento de Políticas de Solo e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Descrição: 15/018/DPSVP
C.M.L.		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Arquivo N.º 15/018/DPSVP
O Dest.: A. Juiz O.º Técnico: Eng.º Teresa Gomes A. Chefe de Divisão:		Local: LARGO DO GALVÃO, 14		Planta detalhada 4 D
Vir:		Substitui:		Escala: 1:1000
Data: 07.10.2015		P.º de C.M.L.: 125001CML.15		Data: 07.10.2015

285. 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 205,00m2

PROVENIÊNCIA

Manuel Joaquim Alves Dias

Escola 18/2/1957 Des. N.º 3500 Tombo 2878



D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial
DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS

PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PEJA C.M.L. EM
HASTA PÚBLICA

Arquivo N.
15/019/DPSVP
Planta da cidade

[illegible]

285 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.

Área: 199,61m²

PROVENIÊNCIA
ANTONIO MARTINS GODINHO
Exatidão em 21/10/1944 Dec. nº 4611 anexa 1/6 Tombo 1128
Área: 199,61m²

NORTE: C.M.L.
Situ. Rua dos Sap. Óvados.
NASCIMENTO: Póster nº 14 e 48 da App. dos Sap. Óvados.
PONTE: C.M.L.



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N. Arquivo N. 15/0321DPSVP
O Des. Top. Carlos Figueiredo O Técnico Teresa Gomes O Chefe de Divisão Carlos Matias		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Planta de cidade 8 H e 8 I Escala 1:1000
Ver Substitu Substit. por Inc. E. Inc. F. Inc. G. Inc. H. Inc. I. Inc. J. Inc. K. Inc. L. Inc. M. Inc. N. Inc. O. Inc. P. Inc. Q. Inc. R. Inc. S. Inc. T. Inc. U. Inc. V. Inc. W. Inc. X. Inc. Y. Inc. Z. Inc. AA. Inc. AB. Inc. AC. Inc. AD. Inc. AE. Inc. AF. Inc. AG. Inc. AH. Inc. AI. Inc. AJ. Inc. AK. Inc. AL. Inc. AM. Inc. AN. Inc. AO. Inc. AP. Inc. AQ. Inc. AR. Inc. AS. Inc. AT. Inc. AU. Inc. AV. Inc. AW. Inc. AX. Inc. AY. Inc. AZ. Inc. BA. Inc. BB. Inc. BC. Inc. BD. Inc. BE. Inc. BF. Inc. BG. Inc. BH. Inc. BI. Inc. BJ. Inc. BK. Inc. BL. Inc. BM. Inc. BN. Inc. BO. Inc. BP. Inc. BQ. Inc. BR. Inc. BS. Inc. BT. Inc. BU. Inc. BV. Inc. BW. Inc. BX. Inc. BY. Inc. BZ. Inc. CA. Inc. CB. Inc. CC. Inc. CD. Inc. CE. Inc. CF. Inc. CG. Inc. CH. Inc. CI. Inc. CJ. Inc. CK. Inc. CL. Inc. CM. Inc. CN. Inc. CO. Inc. CP. Inc. CQ. Inc. CR. Inc. CS. Inc. CT. Inc. CU. Inc. CV. Inc. CW. Inc. CX. Inc. CY. Inc. CZ. Inc. DA. Inc. DB. Inc. DC. Inc. DD. Inc. DE. Inc. DF. Inc. DG. Inc. DH. Inc. DI. Inc. DJ. Inc. DK. Inc. DL. Inc. DM. Inc. DN. Inc. DO. Inc. DP. Inc. DQ. Inc. DR. Inc. DS. Inc. DT. Inc. DU. Inc. DV. Inc. DW. Inc. DX. Inc. DY. Inc. DZ. Inc. EA. Inc. EB. Inc. EC. Inc. ED. Inc. EE. Inc. EF. Inc. EG. Inc. EH. Inc. EI. Inc. EJ. Inc. EK. Inc. EL. Inc. EM. Inc. EN. Inc. EO. Inc. EP. Inc. EQ. Inc. ER. Inc. ES. Inc. ET. Inc. EU. Inc. EV. Inc. EW. Inc. EX. Inc. EY. Inc. EZ. Inc. FA. Inc. FB. Inc. FC. Inc. FD. Inc. FE. Inc. FF. Inc. FG. Inc. FH. Inc. FI. Inc. FJ. Inc. FK. Inc. FL. Inc. FM. Inc. FN. Inc. FO. Inc. FP. Inc. FQ. Inc. FR. Inc. FS. Inc. FT. Inc. FU. Inc. FV. Inc. FW. Inc. FX. Inc. FY. Inc. FZ. Inc. GA. Inc. GB. Inc. GC. Inc. GD. Inc. GE. Inc. GF. Inc. GG. Inc. GH. Inc. GI. Inc. GJ. Inc. GK. Inc. GL. Inc. GM. Inc. GN. Inc. GO. Inc. GP. Inc. GQ. Inc. GR. Inc. GS. Inc. GT. Inc. GU. Inc. GV. Inc. GW. Inc. GX. Inc. GY. Inc. GZ. Inc. HA. Inc. HB. Inc. HC. Inc. HD. Inc. HE. Inc. HF. Inc. HG. Inc. HH. Inc. HI. Inc. HJ. Inc. HK. Inc. HL. Inc. HM. Inc. HN. Inc. HO. Inc. HP. Inc. HQ. Inc. HR. Inc. HS. Inc. HT. Inc. HU. Inc. HV. Inc. HW. Inc. HX. Inc. HY. Inc. HZ. Inc. IA. Inc. IB. Inc. IC. Inc. ID. Inc. IE. Inc. IF. Inc. IG. Inc. IH. Inc. II. Inc. IJ. Inc. IK. Inc. IL. Inc. IM. Inc. IN. Inc. IO. Inc. IP. Inc. IQ. Inc. IR. Inc. IS. Inc. IT. Inc. IU. Inc. IV. Inc. IW. Inc. IX. Inc. IY. Inc. IZ. Inc. JA. Inc. JB. Inc. JC. Inc. JD. Inc. JE. Inc. JF. Inc. JG. Inc. JH. Inc. JI. Inc. JJ. Inc. JK. Inc. JL. Inc. JM. Inc. JN. Inc. JO. Inc. JP. Inc. JQ. Inc. JR. Inc. JS. Inc. JT. Inc. JU. Inc. JV. Inc. JW. Inc. JX. Inc. JY. Inc. JZ. Inc. KA. Inc. KB. Inc. KC. Inc. KD. Inc. KE. Inc. KF. Inc. KG. Inc. KH. Inc. KI. Inc. KJ. Inc. KK. Inc. KL. Inc. KM. Inc. KN. Inc. KO. Inc. KP. Inc. KQ. Inc. KR. Inc. KS. Inc. KT. Inc. KU. Inc. KV. Inc. KW. Inc. KX. Inc. KY. Inc. KZ. Inc. LA. Inc. LB. Inc. LC. Inc. LD. Inc. LE. Inc. LF. Inc. LG. Inc. LH. Inc. LI. Inc. LJ. Inc. LK. Inc. LL. Inc. LM. Inc. LN. Inc. LO. Inc. LP. Inc. LQ. Inc. LR. Inc. LS. Inc. LT. Inc. LU. Inc. LV. Inc. LW. Inc. LX. Inc. LY. Inc. LZ. Inc. MA. Inc. MB. Inc. MC. Inc. MD. Inc. ME. Inc. MF. Inc. MG. Inc. MH. Inc. MI. Inc. MJ. Inc. MK. Inc. ML. Inc. MN. Inc. MO. Inc. MP. Inc. MQ. Inc. MR. Inc. MS. Inc. MT. Inc. MU. Inc. MV. Inc. MW. Inc. MX. Inc. MY. Inc. MZ. Inc. NA. Inc. NB. Inc. NC. Inc. ND. Inc. NE. Inc. NF. Inc. NG. Inc. NH. Inc. NI. Inc. NJ. Inc. NK. Inc. NL. Inc. NM. Inc. NN. Inc. NO. Inc. NP. Inc. NQ. Inc. NR. Inc. NS. Inc. NT. Inc. NU. Inc. NV. Inc. NW. Inc. NX. Inc. NY. Inc. NZ. Inc. OA. Inc. OB. Inc. OC. Inc. OD. Inc. OE. Inc. OF. Inc. OG. Inc. OH. Inc. OI. Inc. OJ. Inc. OK. Inc. OL. Inc. OM. Inc. ON. Inc. OO. Inc. OP. Inc. OQ. Inc. OR. Inc. OS. Inc. OT. Inc. OU. Inc. OV. Inc. OW. Inc. OX. Inc. OY. Inc. OZ. Inc. PA. Inc. PB. Inc. PC. Inc. PD. Inc. PE. Inc. PF. Inc. PG. Inc. PH. Inc. PI. Inc. PJ. Inc. PK. Inc. PL. Inc. PM. Inc. PN. Inc. PO. Inc. PP. Inc. PQ. Inc. PR. Inc. PS. Inc. PT. Inc. PU. Inc. PV. Inc. PW. Inc. PX. Inc. PY. Inc. PZ. Inc. QA. Inc. QB. Inc. QC. Inc. QD. Inc. QE. Inc. QF. Inc. QG. Inc. QH. Inc. QI. Inc. QJ. Inc. QK. Inc. QL. Inc. QM. Inc. QN. Inc. QO. Inc. QP. Inc. QQ. Inc. QR. Inc. QS. Inc. QT. Inc. QU. Inc. QV. Inc. QW. Inc. QX. Inc. QY. Inc. QZ. Inc. RA. Inc. RB. Inc. RC. Inc. RD. Inc. RE. Inc. RF. Inc. RG. Inc. RH. Inc. RI. Inc. RJ. Inc. RK. Inc. RL. Inc. RM. Inc. RN. Inc. RO. Inc. RP. Inc. RQ. Inc. RR. Inc. RS. Inc. RT. Inc. RU. Inc. RV. Inc. RW. Inc. RX. Inc. RY. Inc. RZ. Inc. SA. Inc. SB. Inc. SC. Inc. SD. Inc. SE. Inc. SF. Inc. SG. Inc. SH. Inc. SI. Inc. SJ. Inc. SK. Inc. SL. Inc. SM. Inc. SN. Inc. SO. Inc. SP. Inc. SQ. Inc. SR. Inc. SS. Inc. ST. Inc. SU. Inc. SV. Inc. SW. Inc. SX. Inc. SY. Inc. SZ. Inc. TA. Inc. TB. Inc. TC. Inc. TD. Inc. TE. Inc. TF. Inc. TG. Inc. TH. Inc. TI. Inc. TJ. Inc. TK. Inc. TL. Inc. TM. Inc. TN. Inc. TO. Inc. TP. Inc. TQ. Inc. TR. Inc. TS. Inc. TT. Inc. TU. Inc. TV. Inc. TW. Inc. TX. Inc. TY. Inc. TZ. Inc. UA. Inc. UB. Inc. UC. Inc. UD. Inc. UE. Inc. UF. Inc. UG. Inc. UH. Inc. UI. Inc. UJ. Inc. UK. Inc. UL. Inc. UM. Inc. UN. Inc. UO. Inc. UP. Inc. UQ. Inc. UR. Inc. US. Inc. UT. Inc. UY. Inc. UZ. Inc. VA. Inc. VB. Inc. VC. Inc. VD. Inc. VE. Inc. VF. Inc. VG. Inc. VH. Inc. VI. Inc. VJ. Inc. VK. Inc. VL. Inc. VM. Inc. VN. Inc. VO. Inc. VP. Inc. VQ. Inc. VR. Inc. VS. Inc. VT. Inc. VU. Inc. VV. Inc. VW. Inc. VX. Inc. VY. Inc. VZ. Inc. WA. Inc. WB. Inc. WC. Inc. WD. Inc. WE. Inc. WF. Inc. WG. Inc. WH. Inc. WI. Inc. WJ. Inc. WK. Inc. WL. Inc. WM. Inc. WN. Inc. WO. Inc. WP. Inc. WQ. Inc. WR. Inc. WS. Inc. WT. Inc. WU. Inc. WV. Inc. WW. Inc. WX. Inc. WY. Inc. WZ. Inc. XA. Inc. XB. Inc. XC. Inc. XD. Inc. XE. Inc. XF. Inc. XG. Inc. XH. Inc. XI. Inc. XJ. Inc. XK. Inc. XL. Inc. XM. Inc. XN. Inc. XO. Inc. XP. Inc. XQ. Inc. XR. Inc. XS. Inc. XT. Inc. XU. Inc. XV. Inc. XW. Inc. XX. Inc. XY. Inc. XZ. Inc. YA. Inc. YB. Inc. YC. Inc. YD. Inc. YE. Inc. YF. Inc. YG. Inc. YH. Inc. YI. Inc. YJ. Inc. YK. Inc. YL. Inc. YM. Inc. YN. Inc. YO. Inc. YP. Inc. YQ. Inc. YR. Inc. YS. Inc. YT. Inc. YU. Inc. YV. Inc. YW. Inc. YX. Inc. YY. Inc. YZ. Inc. ZA. Inc. ZB. Inc. ZC. Inc. ZD. Inc. ZE. Inc. ZF. Inc. ZG. Inc. ZH. Inc. ZI. Inc. ZJ. Inc. ZK. Inc. ZL. Inc. ZM. Inc. ZN. Inc. ZO. Inc. ZP. Inc. ZQ. Inc. ZR. Inc. ZS. Inc. ZT. Inc. ZU. Inc. ZV. Inc. ZW. Inc. ZX. Inc. ZY. Inc. ZZ. 				

285 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Regrada 230.00m²

PROVENIÊNCIA
Irene Pessoa Ribeiro Gonçalves e Mamede
Escritura 2107/1972 Des. N.º 14806 Tombo 4860



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Descrição N.º 151022/DPSVP
O Dns. A. Jorge	O Técnico J. P. Tereza Gomes	Local RUA DE CAMPOLIDE, 256-256A	Planta de coleta 7E	Escala 1:1000
PLANTA DA PROPRIEDADE: A ALIENAR PELA C.M.L. EM NASTA PÚBLICA			Arquivo N.º 151022/DPSVP	
V.º Eng.º Carlos Vilhano	Substit.º Eng.º Carlos Vilhano	Proj.º Eng.º Carlos Vilhano	Proj.º Eng.º Carlos Vilhano	Data 07.06.2015

285 2015



PROPRIEDADE ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada: 46,00m²

PROVENIÊNCIA

Alda Alice Figueira Ferragutinho Gonçalves
Escritura 10/12/1933 Doc. N° 8087 Tanco 2293



Destino N

D.P.S.V.P. Departamento de Políticas de Solos e Valorização Patrimonial
DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS

C.M.L.

0 Des

Arquivo N

15/025/D/PSVP

Plano da cidade

7E

Escala

1:1000

Local

TRAVESSA DA TRABUQUEIRA 20-33

0 Des

A. Jorge

O Técnico

A. Ferreira Gomes

A. Costa de Divisão

Ver

Substit. por

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Data 07.03.2013

Proc. C.M.L.

15/025/D/PSVP

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

285.2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área 137,50m²

PROVENIÊNCIA
Gratuidade do Olival da Branca
Escritura 12011/073 Des. Nº 14417 Tombo 9013



		D.P.S.V.P. , Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Descrição N. 15/023/DPSVP
O Des. A. Jorge O Tenente D.ª Teresa Gomes A. Chefe de Divisão		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Arquivo N. 15/023/DPSVP Planta da cidade 15 M
Local RUA ZÓFIMO PEDROSO, 57 - 61		Escala 1:200		Data 07-05-2015
Via:		Situação:		Pinc. C.M.L. 12096/CML/05

285 2015



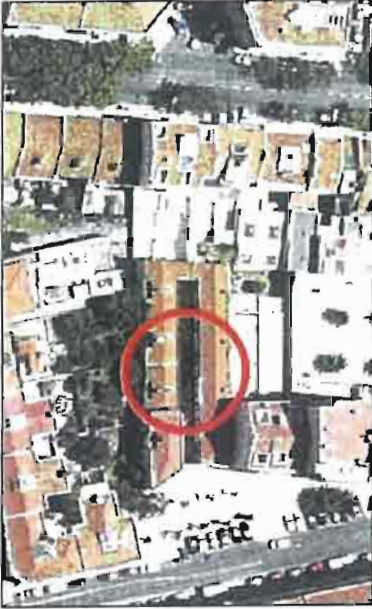
PROPRIEDADE ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 72,00m²

PROVENIÊNCIA:
Maria Amélia Bulhões Pinet
Escritura em 02/01/1958 Des. N.º Tombo 6291



		D.P.S.V.P. Departamento de Políticas de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N. 15/020/DPSVP
O Des. A. Jorge O Técnico Dr. Teresa Gomes A. Chefe de Divisão Am. da Câmara Municipal		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Arquivo N. 15/020/DPSVP Planta da cidade 10G Escala 1:1000
Local RUA DA ATALAIA, 176-178	Ver (Nomenclatura)	Situação por (Folha)	Fm. C.M.L. (Folha)	Data 07. 05. 2015

285 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.I.
Área Registrada 957 60m²

PROVENIÊNCIA
QUONAM, PÉRIERA PINTO RANSTO DE SALDANHA
Exterior em 01/01/1959 Des. nº 8042 Tombado 3162
Área 957 60m²

NOTA: Aspropriedades dos prédios nº 10 e 12 da Praça Antônia Garibaldi
SUA. Prédio nº 122 do Bairro de Pólos de Pólos
NASCENTE: Prédios nº 41 e 43 da Avenida General B. Aguiar
POENTE: Rua da Folia de Fim

		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Descrição N Arquivo N 15/034/DPSVP	
O Us / Top Carlos Francisco O Técnico Teresa Gomes O Chefe de Oficina Cristina Ribeiro		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.I. EM FOLHA PÚBLICA		Folha da cidade 121 Escala 1:1000	
Local RUA DA TENEJA DE BRANCA Nº 238 a 144 e Vila Residência nº 1 a 16		Salimmo Subst. por Área: 8 Data: 05-05-2015		Data: 05-05-2015	



285. 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 45,30m²



PROVENIÊNCIA
Maua do Curro Dias Barbosa Araújo
Escritura em 14/07/1904 Des. Nº 10286 Tombo 3761



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Decreto N. 15/026/DPSVP
PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Arquivo N. 15/026/DPSVP		Planta da cidade SE
Local TRAVESSA DE SÃO TOMÉ, 3		Escala 1:1000		Data 07.05.2015
O. Del. A. Jorge	A. Juge O. Tenção	Substanc. A. Cláudio Gomes	Substanc. A. Cláudio Gomes	Data 07.05.2015

285 2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registrada 92 km2

PROVENIÊNCIA
Terminada Augusta Alves e marido
Estrutura em 19/12/2003. Data 0023
Área 92 km2

NORTE: Terreno Particular
SUL: Rua Esperança do Carmo
NASCENTE: Nº 6 da Rua Esperança do Carmo
POENTE: Nº 12 da Rua Esperança do Carmo

C.M.L. Cidade Militar		D.P.S.V.P. Departamento de Polícia de Salos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Arquivo Nº IS/029/DPSVP	
O.Ds. A. Joze O. Técnico Det. Subal. Curioso A. Chet. de Divisão		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Planta Acotada 1:1 N	
Local Rua Esperança do Carmo, 8-10		Escala 1:1000		Proj. C.M.L. 17/03/2015	
Proj. S. Proj. S.		Proj. S. Proj. S.		Proj. S. Proj. S.	



PROPRIEDADE ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registral 35 83m2

PROVENIÊNCIA

Alice Silva Moraes Pimenta
Escritura em 23/03/1979 Casa Nº 17118 Tombos Sarte
Área 35 83m2

Nº 128 Rua do Carmo de São José
SUL: Terreno Planície
ALUSCIVAE, Terreno Particular
POENTE, Rua do Carmo de São José



D.P.S.V.P. Departamento de Políticas de Solos e Valorização Patrimonial
DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS

**PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM
HASTA PÚBLICA**

Assinatura: **15/030/DPSVP**
Assinatura: **8D-SE**
Escala: **1:1000**

Local: **RUA DO CARDAL DE SÃO JOSÉ, 40 E 40A**

Vit: **170** Substitui: **170** Data: **07.03.2015**

Assinatura: **Aug. da Catarina M. M. M.**



20.5.2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 98,30m²

PROVENIÊNCIAS

- ① Maria do Carmo do Espírito Santo Cunha Ribeiro de Andrade Durão Paes e outros
Escritura 10/07/1998 Das Nº Tombo 6372
Área Registada 46,00m²
- ② Fernando António Clemente e Mulher
Escritura 08/12/2001 Das Nº 3111/1002 Tombo 6182
Área Registada 42,30m²



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Direção N. aliquota N.	
O.D.S.		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		15/015/DPSVP	
A. J.º		Local		Planta da cidade	
O.º Técnico		Beco dos Lóios, 12-14 E. 15		12 G	
O.º Terça Carta		Escala		1:1000	
A. Chefe de Divisão		Vice		Data 07.05.2015	
A.º de Cartografia Aplicada		Fim. h.		Fim. s.M.L.	

285/2015



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 70,00m2

PROVENIÊNCIA
Maria Teresa Gonçalves Silva Travassos "Outros"
Data Aquisição 29/10/1983 Das Nº Tombo 65/5



		D.P.S.V.P. , Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Decreto N° 15/016/DPSVP	
O.D.S. A. Jorge O. Ténico Dy. Teresa Gomes A. Clérigo de Divisão Arg. Catarina Millôr		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM ÁREA PÚBLICA		Assinatura N° 15/016/DPSVP	
Local CALÇADA DE SÃO VICENTE, 86-88		Escala 1:1000		Planta da cidade 12 G	
Ver		Situação		Data 07.05.2015	



Centro Saúde da cidade



PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada 55 70m²

PROVENIÊNCIA
JULGO MIGUEL COSTA FIGUEIREDO E OUTROS
Estatuária em 19/04/1995 (Tribunal N.º 88)

NORTE: Predio nº 15 do Largo de Santa Margarida
SUL: Predio nº 11 do Largo de Santa Margarida
NASCENTE: Largo de Santa Margarida
POENTE: Terreno Particular



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N. 15/035/DPSVP
O Des: Top		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Planta da cidade 12 F e 13 G
Carlos Figueiredo O Técnico		Local LARGO SANTA MARTINHA Nº 12 e 13		Escala 1:1000
Teresa Gomes O Chefe de Divisão		Ver:		Data: 07.05.2015
Catano Vilhote		Situação:		Data: 07.05.2015

285 2015



PROPRIEDADES A ALIENAR PELA C.M.L.
Ata Registrada 12.1.00m2

PROVENIÊNCIAS
FELICIANO DA SILVA RIBEIRO E MULHER
Escritura em 18/04/1959 Dos nº 6889 (seada 2.1.00m2 UNB)

NORTE: C.M.L.
SUL: C.M.L.
NASCENTE: C.M.L.
POENTE: Rua da Graça



		D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Decimio N 15/036/DPSVP
O.D. / Top Carlos Figueiredo O.T. Somo Teresa Gomes O.Chefe de Divisão Catarina Miliães		PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Arquivo N 12 G e 12 H Escala 1:1000
Local RUA DA GRAÇA Nº 123 n. 129	Var Situação Situação por Data 07/05/2015	Preço E Preço C.M.L. 15/04/2015	Data 07/05/2015	



285 2015



Propiedades A Alienar PELA C M L

PROVENIENCIA

ROSA GONZÁLEZ ANTON
Escritura em 23/09/1958 Doc. nº 6689, parcela 1 (Tombo 2582)

NORTE: C.M.L.
SUL: Rua do Sol e Graça
NASCENTE: C.M.L.
POENTE: Rua da Graça





PROVENIENCIA
José Pereira Diniz e Mafael
Escritura 2.021/554 Des N° 6620
Tombo 2897



D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial
DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS



15/021/DPSVP

Parla da città

25

1:10000

PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM
HASTA PÚBLICA

Local: RUA DAS BEATAS, 39-43

Var	Subitem	Subno. pr	pro. E	pro. CML	Data
Arg. da Catarina Milhã				12/09/2015	07.05.2015



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 13 de maio de 2015, as atas, o voto de saudação, os votos de congratulação, os votos de pesar, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das actas n.ºs 62 e 64 das reuniões de Câmara de 1 e 22 de abril de 2015.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Saudação n.º 5/2015 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar um voto de saudação ao Clube Futebol Benfica, pela conquista do título de Campeão Nacional da época de 2014/2015 de Futebol Feminino Amador, nos termos do voto de saudação;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 17/2015 (Subscrito pelo Sr. Presidente)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do engenheiro e político Eduardo Ribeiro Pereira, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)



Proposta n.º 283/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Castro)

Aprovar a adjudicação do Concurso Público com Publicidade Internacional para: "AQUISIÇÃO DE CINCO VEÍCULOS DE SOCORRO PARA O REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS: 3 VEÍCULOS LIGEIROS DE COMBATE A INCÊNDIOS E 2 VEÍCULOS DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA TÁTICOS" – Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2014, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 284/2015 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar a renovação do contrato de prestação do serviço de transporte escolar para os alunos do 1º ciclo do ensino básico e dos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa para o ano letivo 2015/2016, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 285/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado e pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de 20 (vinte) prédios urbanos municipais, no âmbito do Programa "Reabilita Primeiro Paga Depois", nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 2 votos contra (PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 286/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais, nos termos da proposta;

(Aprovada por Pontos:

Ponto 1 - Aprovado por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 3 votos contra (2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP)

Ponto 2 - Aprovado por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.) e 5 votos contra (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Ley* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 13 de maio de 2015

O Presidente

Fernando Medina
- Fernando Medina -

PROPOSTA 285/2015 – APROVAR E SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE 20 (VINTE) PRÉDIOS URBANOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “REABILITA PRIMEIRO PAGA DEPOIS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 286/2015 – APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE ATIVOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 8 da Ordem de trabalhos, Proposta 285/2015. Eu propunha a discussão conjunta da 285 e 286/2015 e peço ao Dr. António Furtado para nos fazer uma breve apresentação de ambas as propostas.

O Sr. Dr. António Furtado: - Bom dia Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Fazendo então uma breve apresentação conjunta das duas propostas: elas inserem-se na adaptação que já temos vindo a desenvolver desde 2013 em execução do Plano de Valorização de Património e neste caso concreto no cumprimento das metas que estão inscritas em orçamento e Plano para o Orçamento de 2015. Aquilo que vem aqui à Câmara hoje é o lançamento de duas astas públicas de alienação de património; uma no âmbito do Programa “Reabilita e Paga Depois”; a outra, uma alienação de património disperso.

Muito rapidamente a ideia é no âmbito desta gestão dinâmica nós temos feito as alienações de património sempre em as pública e distribuída por dois programas, o Reabilita, primeiro, e património disperso. Como podem ver ali muito rapidamente, neste momento estão 85 prédios vendidos no Programa Reabilita Primeiro e Paga depois, 38 no património disperso com os objectivos de sempre que são aqueles que ali têm e que me dispense de estar aqui a enumerar para ser mais rápido na apresentação.

Se houver questões posso voltar atrás e explicar o que entenderem ou que justifique essa explicação adicional. Para já as duas astas que aqui estão correspondem ao que aqui vêm; uma primeira asta de 20 prédios no âmbito do Programa Reabilita Primeiro e Paga depois com um total de preço base de licitação de 3Milhões 468 mil euros; e depois uma ata de património disperso em que temos 8 prédios 2Milhões 538 mil euros, seis terrenos 13Milhões 654 mil euros; e 3 frações autónomas 1Milhão 558 mil euros. A ideia da asta de

património disperso é combinar este conjunto de ativos frações prédios e terrenos procurando com isso corresponder à diversidade que sentimos que o mercado exige e procurando manter os níveis de adesão às astas publicas que até agora temos tido.

No total temos por isso 2 astas, 37 ativos e 21.2Milhões de euros é a soma dos valores base. No caso do Programa Reabilita Primeiro e Paga depois, e como consta do quadro anexo à Proposta os imoveis que estão em alienação são os que aí têm identificados e são estes 20 que aqui têm. No caso do Património Disperso são estes distribuídos por estas três categorias, frações autónomas, prédios e terrenos. Questão sempre colocada e relevante portanto eu antecipo desde já, tal como no passado, todos estes imoveis são colocados em asta pública depois de serem feitas avaliações de mercado interna e ou externas, avaliações de mercado essas a partir das quais se determina o valor base de licitação com que os prédios são colocados em asta publica. A regar a este propósito é que aqui vêm, nós no Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois promovemos as avaliações do mercado corrigimo-las de acordo com o método comparativo pela experiencia já recolhida nas 5 astas anteriores. Tanto que já nos permite ter indicadores muito seguros em função da tipologia dos prédios e das zonas da cidade em que estamos a trabalhar, e depois aplicamos um desconto médio de 30% sobre o valor dessas avaliações no sentido de potenciar a concorrência em asta publica e de permitir que se seja aí em asta que efetivamente o mercado funcione. A experiencia até agora, e eu posso rapidamente voltar atrás, a experiencia das 5 astas publicas já realizadas mostra que temos sido eficazes a esse propósito com esta variação do preço e dos valores metro quadrado.

No caso do património disperso, também a regra é até 500mil euros fazemos avaliações internas utilizando o método comparativo e o método de rendimento; valores superiores a 500mil euros, como aqui vêm, fazemos avaliações internas e externas e cruzamos os respetivos resultados. Os Srs., Vereadores têm na documentação que lhes foi distribuída os elementos que julgo necessários à apreciação do valor base proposto para cada prédio.

Houve aqui uma ponderação que foi feita é que alguns ativos, não muitos, que tinham sido colocados em anteriores astas publicas, designadamente no caso do património disperso, alguns que tinham sido colocados em asta pública pela EPUL. Nós reponderámos as condições de colocação em asta, e no caso em que elas não tinham alteração introduzimos uma redução, como aqui se identifica, de 5% nos terrenos, 10% nas frações habitacionais e 20% nas

frações comerciais tendo em vista (outra vez o que eu disse) potenciar em asta publica e aumentar a adesão aos processos de venda.

Finalmente julgo que já estão todos identificados com os pressupostos fundamentais, quero no Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois quer do Património Disperso, apenas 4 notas muito breves de novidades relativamente às anteriores peças escritas dos procedimentos eu foram aprovados pela Câmara.

Um conceito amplo de reabilitação urbana que acomode os casos de reabilitação a partir da demolição integral, que era uma questão que se tem vindo a colocar com os particulares. Criar uma nova causa de exclusão de astas publica para quem injustificadamente em astas anteriores se tenha furtado à celebração dos contratos, depois de promovida à adjudicação provisória à adjudicação definitiva.

Uma questão de transparência que é fixar desde já nas peças do procedimento datas de reabertura de novo procedimento, e de novo procedimento por asta pública. Para os prédios que possam eventualmente não ter propostas nesta asta, portanto não há adjudicação por ajuste directo mesmo nesses casos. Há nova asta pública com data marcada já nas peças do procedimento – são 60 dias, é o que aí está, e com 45 dias para as pessoas poderem fazer novamente as suas propostas. E uma obrigação de ressarcimento do município dos 10% de desconto que fizemos para os casos de pronto pagamento. Esse princípio mantém-se mas se houver transmissão do imóvel antes do licenciamento de operação urbanística, então esses 10% de desconto terão que ser ressarcidos.

No Património Disperso apenas o reforço da impossibilidade de ocorrerem sessões de oposição contratual entre os particulares, evitando assim quaisquer tentativas de aproveitamento menos próprio do património que o município está a vender.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vereador Fernando Seara.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Dr. António Furtado: - Sr. Vereador, no modo como ele está concebido nas peças do procedimento...

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Doutor, estou a fazer a pergunta em termos do Regulamento Geral e dos Princípios Gerais das Leis Habilitantes.

O Sr. Dr. António Furtado: - Sim Sr. Vereador, no Regulamento não temos nada a este propósito, é omissivo.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Então o Princípio do Reabilita, não é um Princípio de Indisponibilidade de Alienação durante 10 anos, ou estou enganado?

O Sr. Dr. António Furtado: - Não, não, não diz isso o Programa, não tem essa Regra, não tem esse Princípio.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Tem a certeza absoluta?

O Sr. Dr. António Furtado: - Sim Sr. Vereador, não tem, oh Sr. Vereador, o que o Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois estabelece, é o seguinte. O Particular fica obrigado, de qualquer maneira há aqui uma questão importante, o desconto dos, e por acaso aí tem toda a razão, porque sistematicamente, agora reparei, não, não, sistematicamente aqui...

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Doutor, eu tenho toda a razão. E Sabe porquê? Porque tenho a certeza absoluta.

O Sr. Dr. António Furtado: - Sr. Vereador, dá-me licença? Reparei agora, em face a sua observação, que sistematicamente está incorreta a inserção daquela referência, no Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, dado que no Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, não há lugar a 10% de desconto, portanto esta referência que está aqui, é da Hasta do Património Disperso, para valores superiores a 1 milhão de euros.

O Sr. Presidente: - Sr. Dr. António Furtado, tenho uma pergunta a fazer. A incorreção deve-se a um problema gráfico do PowerPoint ou a alguma incorreção nas Propostas materiais que nós estamos a votar?

O Sr. Dr. António Furtado: - Não, não, Sr. Presidente, é só uma incorreção no PowerPoint, nas peças está tudo rigorosamente correto.

O Sr. Presidente: - Estou a perguntar, uma pergunta, é levar à consequência a questão que é colocada.

O Sr. Dr. António Furtado: - Não, não, nas peças do procedimento está tudo rigorosamente correto, tem é aqui um erro no PowerPoint, porque devia estar em baixo e ficou em cima.

O Sr. Presidente: - Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Por acaso estava ali primeiro o Sr. Vereador Carlos Moura, mas eu, é só apenas para pedir o seguinte. Depois, se fosse possível disponibilizar este PowerPoint, já com a correção relativamente à alínea, mas se podia disponibilizar depois aos vários Vereadores.

O Sr. Presidente: - Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, eu diria que, eu percebi perfeitamente o que ali está, só que de facto, isto é no que dá estar a discutir ao mesmo tempo coisas que têm uma natureza assumidamente diferente.

E porque têm uma natureza assumidamente diferente, Sr. Presidente, ia pedir-lhe também para na altura da votação, a Proposta 286/2015, ser separada a sua votação nos 2 Pontos que tem em deliberação.

O Sr. Presidente: - Face a qual, desculpe Sr. Vereador?

O Sr. Vereador Carlos Moura: - A 286/2015 tem 2 Pontos distintos em deliberação, e portanto, eu pedia-lhe que na altura da votação, coloca-se estes 2 Pontos em votação separada, precisamente devido à diferença da natureza destas situações, e precisamente por causa disso, Sr. Presidente, é que nós, vou fazer as considerações sobre estas 2 Propostas, que nós entendemos dever fazer.

E quanto à questão do Reabilita Primeiro e Paga Depois, é um Programa sobre o qual nós sempre levantámos as maiores dúvidas, em que sempre dissemos que acabava por ser uma forma favorável de colocar aquilo que é Património Público depois nas mãos do Sector Privado, de uma forma altamente lucrativa para este.

Mas vamos agora um bocadinho mais longe, porque estivemos a fazer uma pequena, digamos, revisão daquilo que é o Programa da Cidade desta Maioria, e tal como o Programa diz, deveriam existir Fogos neste âmbito de reabilitar primeiro e pagar depois, que deveriam ser para Renda Acessível, e portanto deveriam ser canalizados para esse Mercado.

E aquilo que nós vemos, até agora, é que não conseguimos compreender onde é que todo este processo acaba por tomar alguma forma, algum caminho, que possa ser de facto vislumbrado, que este grande objetivo de Programa para a Cidade de Lisboa, que foi apresentado pela Maioria sufragado pelos lisboetas, se esteja a concretizar.

Em relação à segunda questão, portanto à Proposta 286/2015. Há uma coisa que nós dizemos claramente, que isto que nós temos presente para Hasta Pública, é nada mais, nada menos, que a alienação daquilo que é o Património remanescente da extinção da EPUL.

Nós fomos sempre contra a extinção da EPUL, por dizermos que ela não só não tinha, e pensamos que o facto de estarem a alienar aqui neste momento lotes, mostra claramente que não tinha o seu objeto concluído, mostra que a EPUL significava na Cidade de Lisboa, um controle dos preços de mercado e uma limitação aos preços especulativos.

A coisa desaparece, e com a colocação deste Património na mão destes empreendedores privados, aquilo que nós estamos a permitir, é que precisamente aqueles locais que nós determinávamos e que a EPUL tinha como objeto determinar que não acabassem como uma mera oportunidade de negócio especulativo, estas más características para a Cidade de Lisboa se acentuem e prossigam, e portanto num Mercado perfeitamente liberalizado e sem qualquer tipo de controlo.

E portanto, Sr. Presidente, nós na altura, não acompanhámos a extinção da EPUL, dissemos sempre que havia soluções para ela, pusemos sempre em questão que as dividas que esta Empresa tinha para com a Banca estrangeira, nomeadamente derivado da obrigação que lhe foi imposta, de fazer coisas que não estavam diretamente ligadas aos seu objeto e sempre questionámos todo este Processo; dizemos mais uma vez, que aquilo que aqui vem, não é mais do que a liquidação do Património remanescente, liquidação de um Património remanescente, que quanto a nós tinha o objetivo de controlo do Mercado na Cidade de Lisboa, não só a urbanização, mas o controlo desse Mercado e que isso desaparece completamente com a extinção da EPUL e com a venda deste Património.

E portanto, obviamente, não acompanhamos de forma alguma estas Propostas, exceto, tal como lhe disse, e por isso disse que coisas de natureza diferente, tinham que ser tratadas de forma diferente, o Ponto 1, que se refere a Património que não está diretamente ligado, nem ao Reabilitar Primeiro e Paga Depois, nem à venda de lotes, é venda de Património disperso, lojas e alguns fogos, que não se prendem diretamente com estas questões, e do nosso ponto de vista poderão até ser viabilizados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Gostava de lhe dar resposta a algumas questões que colocou, que são as seguintes.

Relativamente à dimensão da Renda Acessível, eu tive oportunidade de sinalizar essa área, como área de reforço e investimento que iremos fazer, para apresentar soluções adequadas à nova situação do Mercado; não posso prometer que as traga aqui antes da abertura da Escola do Convento do Desagravo, mas esperarei em breve poder apresentar aqui, nesta Câmara, podermos apresentar essas Propostas.

Porque como diz o Sr. Vereador, há um elemento importante para que estas Propostas tenham eficácia, não é só nas casas em si, ou não é só nos apartamentos em si, é que para ter uma função de intervenção no Mercado, tem que haver escala, para ter impacto no Mercado, no ponto de vista de condicionar o que acontece no Mercado.

E por isso, uma política muitas vezes de intervenção muito casuística, de apartamento a apartamento, de pequeno prédio a pequeno prédio, o que se tem revelado que tem um custo de gestão da parte do município extraordinário, terá naturalmente alguma eficácia do ponto de vista da utilização, isso é indiscutível, mas não tem impacto do ponto de vista de intervenção no mercado. Porquê? Porque tudo à volta funciona sobre um outro registo de preço. Daí a iniciativa que lançamos e que em breve poderemos aqui apresentar para ser alvo dum amplo debate na Câmara de Lisboa.

Segundo. Não podia estar mais em desacordo consigo relativamente à extinção da EPUL. Eu acho que absurdo é inaceitável, e ainda que a lei o veio impedir, é nós termos empresas municipais que não tem modelo de negócio associado, empresas municipais que pura e simplesmente não têm modelo económico. E por isso limitam-se a poder ir acumulando prejuízos porque não têm capacidade de gerar receitas para pagar os custos.

Por vicissitudes da vida, não interessa agora quais para não entrarmos nesse debate político longo, a EPUL estava nessas circunstâncias. E por isso a

EPUL, por decisões que se associaram a um elevado nível de endividamento negociado em determinadas condições que gerou os serviços da dívida muito forte num determinado momento, não tinha cash-flow para pagar essa dívida porque se tinha esgotado. É impossível continuar dessa forma. E acho que foi uma boa decisão aquela que tomámos, acho que foi uma boa decisão em bom tempo. Acho que o processo de liquidação correu bem acho que a transferência de todos os ativos para dentro da Câmara bem, e permite-nos agora trabalhar na continuação da operação da defesa de interesse público que é avaliar caso a caso qual o melhor destino para estes ativos.

Terceiro ponto que se o Sr. Vereador afirma, no fundo que estamos numa operação de liquidação do património remanescente e com acabarmos e reduzirmos a nossa capacidade de regulação do mercado. Eu discordo frontalmente do que diz, pelo contrário.

Quando no ano passado demos força à política de alienação de ativos procurámos dois objectivos de fundo, um dos primeiros dos quais é absolutamente essencial que é a recuperação da cidade. Porque, Sr. Vereador, não vale iludir, se nós esperarmos que a cidade seja reabilitada na base do dinheiro da Câmara Municipal de Lisboa e do dinheiro público. Sr. Vereador, a cidade há-de cair e nós não conseguimos reabilitar nada. Porque pura e simplesmente é impossível sequer ambicionar que nós cumpriremos uma pequena parte com os nossos recursos com aquilo que são as necessidades da cidade. isso não acontecerá.

E por isso o primeiro objectivo do programa de alienações do ano passado foi precisamente de acelerar a reabilitação do edificado da cidade, mas teve segundo objectivo, foi o objectivo da estabilidade financeira da Câmara. Quando nós face a umas contingências financeiras muito pesadas e extraordinárias, necessitamos de fazer face a essas contingências de forma, a que a situação financeira da Câmara não seja arrastada para o chão por causa de dois eventos extraordinários, de três aliás, de grande dimensão. Esses objectivos foram conseguidos. E por isso este ano, como já tive oportunidade de afirmar, a política de alienação de património deve prosseguir, deve redobrar o seu esforço e as suas intensidades e desta vez com dois objectivos de fundo: o primeiro dos quais é igual ao do ano passado – assegurar a reabilitação da cidade, contribuir para a reabilitação da cidade e contribuir para a urbanização de partes não urbanizadas da cidade e que o devem ser. E temos que aproveitar, aliás, os bons ventos que o mercado está a trazer neste momento para acelerar esse processo.

Mas há uma segunda dimensão muito importante, que nós agora podemos fazer; a alienação a este património não é tão essencial ao processo da consolidação financeira da Câmara. Agora é muito, absolutamente imprescindível à política de investimento da Câmara e à política de gestão activa do património municipal. Porque, Sr. Vereador, quando nós tratamos de alienações estamos a tratar de libertação de recursos que ficam ao serviço da cidade mas disponibilização de recursos para a Câmara Municipal de Lisboa para proceder a aquisições, para proceder a novas aquisições de património. Isto é que faz sentido.

Eu há pouco anunciei aos Srs. Vereadores a nossa intenção, aliás, de se chegarmos a bom porto nas negociações, trazer aqui à Câmara uma proposta de aquisição dum imóvel com grande significado financeiro para servir os interesses do Município de Lisboa. Naturalmente os Srs. Vereadores já aqui apresentaram propostas, por exemplo, na ultima reunião de Câmara o Sr. Vereador Carlos Moura defendeu a proposta de que a Câmara deve construir uma nova feira popular. Naturalmente para termos os recursos para a construção da Feira Popular precisamos de ter recursos de aquisição de terrenos e a aquisição de terrenos só é possível se nós tivermos os recursos resultantes de outra alienação de terrenos. E é isto que eu chamo de gestão activa do património. A gestão activa do património não é a diminuição do património municipal. Não, é a alteração da sua composição. É colocarmos no mercado aquilo que não serve um propósito directo da Câmara em si nem de nenhuma política municipal em si, que pode ser melhor desenvolvido na cidade e que em simultâneo liberta recursos para que nós possamos, de forma mais útil coloca-los ao serviço do município, da Câmara no sentido estrito, mas fundamentalmente das suas políticas. E é por essa razão que a nossa políticas de alienações tem que prosseguir e tem que se intensificar, porque o pior que pode acontecer para a cidade é, nós Câmara de Lisboa o que somos, creio eu que não estou a cometer um erro, seremos seguramente o maior proprietário da cidade de Lisboa. Estarmos pura e simplesmente com uma gestão como inercia na gestão do nosso património. Isto seria totalmente, seria prejudicial ao desenvolvimento da cidade. E é este o princípio da gestão ativa e nesta forma que este processo deve ser visto, não duma forma, como diria, só olhar para metade que é a parte da alienação, e depois não olhar para a outra parte que é o que nós fazemos com os resultados dessa alienação. O ano passado serviu-nos para consolidar e para reduzir a nossa dívida, há outras alienações que este ano serão integral afetas à redução da dívida do município. E aliás, admito, penso eu sem ter falado com ninguém, que imaginam que se o

executivo tivesse a veleidade de pensar noutra solução que não a alienação da dívida, alguns Srs. Vereadores da oposição eram capazes de impor de imediato que esses recursos fossem afetos à redução da dívida, não tenho dúvidas sobre isso. Mas também sei que há outra parte, outras alienações e outras receitas que irão ser utilizadas para numa gestão activa procedermos à aquisição de património. É isto que eu acho que deve ser feito e que deve orientar a política de gestão patrimonial do município.

Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Sr. Presidente eu desta vez tinha sinalizado, pelos visto, de forma não muito eficaz, mas de facto tinha intenção de intervir agradecendo a apresentação destas duas propostas, ficam-nos algumas dúvidas.

Em primeiro lugar, a questão subjacente à justificação da alienação de algum património classificando-o como não estratégico. Esse conceito é um conceito relativamente recente, estive à procura de alguma referência mais concreta e, de facto, encontrei-a com essa designação num anexo ao orçamento de 2015, em que há de facto uma listagem de ativos não estratégicos, assim designados.

Confesso que não tive oportunidade de confrontar de forma exaustiva a lista que temos hoje de património para alienar com a lista constante neste anexo. E no ano de 2014 há um quadro também de alienação de património, à data eu recorde-me da discussão e o que foi considerado nesse quadro de alienação de património não tanto património não estratégico, mas mais, tanto quanto me recorde da discussão, o património que estavam em condições de num curto prazo poder ser alienado, ou que estava disponível ou porque já tinha sido objecto de avaliação e portanto que estava preparado para ser alienado.

E portanto, a primeira questão tem mesmo que ver com este conceito de ativos estratégicos e não estratégicos. Que valia a pena densificar um pouco. Valia a pena obviamente com toda a legitimidade que a actual maioria tem para definir o que é estratégico ou não. Ainda assim, como eu dizia, com toda a legitimidade que a actual maioria tem, tendo em conta que se trata de estratégia supostamente, eu acho que valia a pena que fosse um pouco mais alargada esta discussão e a consolidação desse conceito. Por quanto o património do município é algo que não se reproduz, que é finito, que nos últimos anos e pelos vistos nos próximos, os que se seguem aliás, tende a diminuir. E nessa medida, e atenção Sr. Presidente abro aqui um parêntesis para não por em causa, eu já tive oportunidade no passado de afirmar isso

mesmo, eu não tenho qualquer questão de princípio contra toda e qualquer alienação de património. Eu tenho para mim o entendimento de que o património tem que ter utilidade para quem o possui, e no caso da cidade no caso da Câmara de Lisboa, tendo a Câmara também aliás responsabilidades pela cidade, pelo funcionamento, pelo estado de conservação da cidade, o património deve ser útil às funções que a Câmara desenvolve. E a Câmara tem outra obrigação que é zelar para que o património esteja também em bom estado. E portanto, não tendo a Câmara capacidade de manter o património em bom estado ou não tendo a Câmara intenção de vir a utilizar, então deve-se dar oportunidade para que outros o utilizam e para que outros o conservem. E portanto, a minha posição de princípio é esta.

Agora com esta latitude, Sr. Presidente, julgo mesmo que valia a pena que pudesse ser feita uma reflexão com alguma profundidade. Sobre o que é que a Câmara considera activos estratégicos e não estratégicos, e que essa reflexão pudesse ser numa base política muito alargada.

Como eu disse, o Património é algo que não se multiplica, e portanto hoje é o Sr. Presidente e a atual Maioria Política que tem responsabilidades na condução dos destinos da Câmara Municipal; num futuro, espero que próximo, será outra Maioria, e nessa medida convém que haja alguma estabilidade, alguma previsibilidade, alguma continuidade, tanto quanto é possível, com todas as diferenças políticas que isso envolve ainda assim, mas alguma estabilidade relativamente a esse tipo de conceitos, e por isso, vejo com alguma, enfim, preocupação, que este conceito não tenha sido previamente densificado, como eu acho que seria devido.

Segunda questão, relativamente aos argumentos que são utilizados para a fixação do preço. Sr. Presidente, tive oportunidade de ver na justificação de valores da Proposta 285, que o desconto que é observado se deve ao atual período recessivo, está escrito na Proposta.

O Sr. Presidente acabou de utilizar uma expressão que eu registei, que é, dos bons ventos do momento, em termos do Mercado Imobiliário, eu estou mais de acordo com a sua expressão do que com a consideração desta Proposta, e portanto parece-me haver aqui alguma contradição, entre a diminuição do Preço de Base das Hastas Públicas com os bons ventos.

E de facto, eu não sei de quando são as últimas avaliações, não tive oportunidade de confirmar quando é que são as últimas Hastas Públicas em que estes imóveis estiveram envolvidos, mas estou em crer, que seguramente entre esses últimos episódios e o momento presente, a tendência foi de

valorização e não desvalorização dos imóveis, e por isso, parece-me que não faz muito sentido esta desvalorização que é aqui proposta.

Por outro lado, Sr. Presidente, relativamente à alienação do Património, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois, era interessante saber qual é o estado de cada um dos imóveis, para percebermos se o resultado prático foi início de obras, casas habitadas. Enfim, em que ponto é que estão os imóveis que foram alvo do Programa nas Propostas anteriores?

Ainda relativamente ao Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois, eu vi com perplexidade o facto de que a partir de agora se utilize um conceito amplo, era isso que estava na apresentação, o conceito amplo de Reabilitação Urbana, que passa a incluir nesse conceito amplo de Reabilitação Urbana, a possibilidade de destruição integral dos edifícios.

Eu acho que isto é uma contradição absoluta nos termos, mas mais do que a contradição, acho que isto é um enviesamento daquilo que são os pressupostos da Reabilitação Urbana.

Nós não podemos, e eu já tive oportunidade de dizer que também critiquei o facto de a Câmara ter proposto e tem vindo, aliás, a alargar ainda mais, a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, para uma mancha que coincide praticamente com a Cidade de Lisboa, em contradição com aquilo que eram os objetivos da definição dessas Áreas de Reabilitação Urbana.

Bom, e agora estamos a assistir a outra coisa que vai nesse sentido, mas que seguramente é errado também, que é considerar Reabilitação Urbana a demolição integral de um edifício, não pode ser, não é esse o sentido, não é esse o objetivo, e portanto não podemos concordar com isso.

E fiquei com uma outra dúvida, no que diz respeito à alienação, valia a pena obter esse esclarecimento. O Sr. Diretor Municipal já clarificou que relativamente ao desconto de 10% para Pronto Pagamento, só se aplica, não se aplica ao Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois, mas às outras alienações, às outras Hastas Públicas.

Mas não ficou para mim claro, se o impedimento de alienação durante 10 anos, afinal se aplica também só aos outros. Ou melhor, se a possibilidade de venda imediata é ainda assim, aplicável aos imóveis no âmbito do Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois? Porque a informação que tenho, é de que no âmbito desse Programa e de acordo com o Regulamento de Alienação de Fogos Municipais, há de facto uma impossibilidade de alienação imediata dos imóveis, enfim, é a informação que eu tenho, mas que valia a pena poder ser clarificada. Uma última nota, relativamente à questão do Arrendamento. Pegando um pouco também, na intervenção dos Srs. Vereadores do Partido Comunista

relativamente a esta matéria, eu tive oportunidade de ler, e de facto não está nesta Proposta como objetivo, a dinamização do Mercado de Arrendamento, mas devia estar.

Devia estar, especialmente depois do Sr. Presidente ter anunciado logo que assumiu responsabilidades como Presidente, esse objetivo, que me pareceu, aliás, eu tive oportunidade de me associar a esse objetivo, pare-me muito positivo, aliás o Governo não fez outra coisa, e aliás com resultados que estão à vista.

Com as alterações que promoveu à Lei do Arrendamento Urbano, veio precisamente no sentido, o objetivo era dinamizar o Mercado de Arrendamento, tem-lo conseguido, manifestamente, com todas as imperfeições que a Lei possa ter, mas o objetivo de dinamização do Arrendamento sem dúvida nenhuma que foi conseguido, mas valia a pena que a Câmara, no âmbito dos instrumentos de que dispõe, pudesse também materializar essa vontade, essa intenção.

E no âmbito deste Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois, parece não estar presente essa preocupação, e eu acho que se ganharia que isso fosse também um critério para a prossecução deste Programa.

Última nota, Sr. Presidente, relativamente ao Património da EPUL, que está agora objeto, que é agora objeto destas Hastas Públicas. E eu gostaria, se fosse possível, que o Sr. Presidente ou mais propriamente, talvez o Sr. Diretor Municipal, pudesse identificar claramente quais são os imóveis que transitaram do Património da EPUL para o Património da Câmara, e que vão ser agora alvo de alienação e em que condições, comparativamente a processo anterior na EPUL. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Oh Sr. Vereador, a primeira questão que coloca sobre a questão do âmbito do Conceito.

O Conceito de Ativo não Estratégico, tem aliás até assim um nome talvez um pouco rude, não é, e assim um pouco definitivo, Ativo não Estratégico; Ativo não Estratégico é aquele que a Câmara em determinado momento do tempo, entende que não necessita para a sua, para seu serviço próprio direto, nem necessita diretamente para a sua Política.

É um Conceito que numa parte importante foi estabilizado, ou melhor, é um Conceito que varia no tempo e tem variabilidade, mesmo dentro do próprio Mandato do Executivo, podemos ter uma determinada ideia para um determinado Património, e depois passar a ter outra, algum tempo depois, por

isso não há aqui uma lista rígida fechada, há aqui, é evidente, algumas coisas que mudarão menos do que outras, e isso é claro.

Há outras que, e das que mudam pouco, foi feito um trabalho já muito importante, no Mandato passado, nomeadamente relativamente a Património Edificado, e identificar o que é que era Património que devia ser alvo de Reabilitação, e através do Programa Reabilita Primeiro, Paga Depois, deveria ser feito por Reabilitação Privada, por não ser através de Reabilitação Pública, é crível que pudéssemos fazer em tempo.

Por isso, eu creio que nós podemos trabalhar sobre isto e sobre este Conceito, tendo uma análise mais profunda da Lista de todo o Património Imobilizado que a Câmara tem, mas chamo a atenção para isto, quer dizer, é uma, é o próprio Conceito que não é possível, como é que eu hei-de dizer, não é possível ter uma estabilização total muito formada, nem mesmo dentro do próprio Mandato, porque vamos evoluindo e vamos tendo ideias diferentes, e a própria realidade tem ideias diferentes.

Há de facto algumas coisas que são evidentes, quer dizer, quando a Câmara tem terrenos, que são terrenos para urbanização, quando são terrenos em zonas que tenham a ambição de resolver feridas das Cidade, quando tem prédios em conjuntos sistemáticos que exigem reabilitação, é evidente que na sua generalidade, pode haver aqui um entendimento que ele não é estratégico e pode merecer determinado fim.

Eu creio contudo, que a melhor forma de nós renegociarmos é mesmo no caso a caso, é olharmos perante determinadas Propostas, e várias Propostas chegam a esta Câmara de Gestão de Património; nós estamos a tratar de uma, que é Proposta de Alienações; iremos tratar de outras Propostas de Alienações, ao longo deste Mandato, deste Mandato não, deste ano, traremos aqui novas Propostas de Alienação.

Mas por exemplo, nós em muitas Reuniões de Câmara, por exemplo, fazemos a cedência de espaços camarários; em muitas Reuniões de Câmara fazemos a atribuição de Direitos de Superfície ou a Revogação de Direitos de Superfície, isso é a Gestão concreta do que é que é o Património Estratégico e não Estratégico da Câmara.

O Sr. Vereador fez uma segunda afirmação, que é, atenção às alienações, porque o Património é finito. Eu aqui tendo a discordar de si, porque o que estará, o que eu creio que é provável que aconteça, com uma situação da Dívida do Município estabilizada e com uma situação estabilizada, do ponto de vista das Receitas, do equilíbrio corrente do Município, é que o Património do

Município não diminua, é que o Património do Município venha a trocar a sua natureza.

Isto é, nós deixemos de necessitar de alienar Ativos para reduzir a Dívida, que foi o que nós necessitámos no ano passado, aquelas Operações e com o fundamento que dei, e o que é normal que venhamos cada vez mais a assistir, é também a aquisições que o Município venha a fazer.

Ora isto não se traduz em nenhuma diminuição do Património Municipal, traduz-se numa alteração da composição do Património, se vendemos determinado terreno e compramos outro terreno para outro fim; se vendermos um conjunto de edifícios, mas compramos outros edifícios, bom, o nosso Património não está, nem sequer na forma se está a alterar, não estamos sequer a trocar Património Imobilizado por Tesouraria, estamos a trocar um tipo de Património por outro.

Quando temos um objetivo de Redução da Dívida, e nas circunstâncias particulares do ano passado, que é eventos de tal forma extraordinários e de grande dimensão, que se não tivessem sido atacados com redução imediata e eliminação do seu efeito, poderiam arrastar, eram de tal forma pesados que arrastariam a situação corrente da Câmara para o chão.

Bom, aí acho que temos que intervir, alienando ativos para reduzir a Dívida, porque eu recorro, só as responsabilidades, só o Serviço da Dívida dos Créditos Bancários, que não doutras responsabilidades, só do caso EPUL, só da integração da EPUL, mais o caso Braga Parques, poderiam ascender entre 15 a 20 milhões, por ano, de custos correntes com o seu Serviço da Dívida, metade do que foi poupado com o Aeroporto.

Mas como essa metade que foi poupada do Aeroporto, diz o Sr. Vereador, o seu crédito já foi devolvido aos Contribuintes, este seria mesmo um buraco líquido na Conta do Município; e para prevenir um buraco desse tamanho, até porque depois o Sr. Vereador iria dizer com certeza dizer, eu peço desculpa de estar a antecipar, se calhar estou a cometer erros, que era melhor não criar nenhuma Taxas, que nós tínhamos era que cortar nas gorduras, eu acho que o tivemos que fazer, foi a melhor decisão na altura.

Agora quando, não havendo essa necessidade, essa urgência da dimensão da Dívida, o que se vai tornar mais frequente, é a aquisição de Ativos, e por isso, este ano também virão à Câmara algumas aquisições de ativos que eram impossíveis no ano anterior, e por isso, não creio que vá haver aqui qualquer redução significativa no âmbito do Património Municipal.

O terceiro aspeto para concordar, para reafirmar um aspeto. De fato há bons ventos do mercado imobiliário e acho que nós devemos aproveitar esses bons

ventos do mercado imobiliário e quando se tem a sorte a favor acho que a prudência aconselha a não abusar da sorte. Abusar da sorte seria atrasarmos, eu acho que nós nos podemos atrasar, nós devemos antecipar a nossa política de alienações quando temos condições para as fazer em boas condições e é por isso aliás, que dei instruções muito diretas para que houvesse uma aceleração de uma política de alienações do município na mesma forma que irão ser aceleradas também políticas de aquisição do município.

Quarta questão coloca o Sr. Vereador a questão, bom mas e o preço? Como é que devemos situar o preço nas astas públicas? O que é essencial e a experiência aliás mostrou-nos isso de forma muitíssimo clara no ano que passou, é que o que é mais importante para nós conseguirmos uma boa valorização do património que temos não é a elevação do preço base do ativo. O que é a melhor forma de nós valorizarmos o nosso património é aumentarmos o número de candidatos ao ativo. Isto é, temos que colocar o preço de tal forma em que ele seja atrativo para que um número mais elevado possível de candidatos apareçam como forma de fazer subir esses valores. Eu gostava de chamar atenção do Sr. vereador pelos gráficos que ali estão expostos que é, a diferença dos preços base para o total da arrematação. E porque é que estes valores e se reparar a diferença do preço base para o total da arrematação é muito superior ao desconto que é feito do valor da avaliação para o valor do preço base. E isto é que revela bem da boa estratégia do ponto de vista da dinâmica de alienação de ativos. Agora, há evidente, este racional, que eu acho que é um racional correto e que se mostrou totalmente correto nas alienações que fizemos, é evidente que não pode ser mimetizado para todos os ativos e para todas as circunstâncias, porquê? Porque os riscos de perda para o município de venda muito abaixo do seu valor de avaliação podem ser grandes. Quando se trata por exemplo e se o Sr. Vereador reparou quando o ano passado fizemos astas de terreno, nomeadamente astas de maior dimensão, a política relativamente aos terrenos foi diferentes, porquê? Porque o risco de perda do ponto de vista do valor era muito grande, caso se conseguisse um número grande de candidatos. Ora, esta procura de termos sempre este equilíbrio é o que faz no fundo depois a boa gestão do património municipal e de conseguirmos ter uns bons valores e vou dar-lhe um exemplo claro; terrenos de Entre Campos isto é, terrenos da antiga Feira Popular. Temos definido uma estratégia que é proceder à alienação durante este ano, antes de, antes de Sr. Vereador peço só desculpa, queria só terminar este ponto, e me puder prestar um pouco de atenção. Antes, a estratégia que

estamos a seguir é uma estratégia de promoção do ativo, do ponto de vista dos mercados internacionais, isto é, conseguirmos chamar a atenção ao maior número potencial de investidores antes mesmo de fixarmos as condições de preço, porque consoante a confiança que nós tenhamos do ponto de vista do número de potenciais investidores, maior segurança teremos nós em fixar um preço adequado ao processo que se vai seguir. Porque uma coisa é partirmos de uma base de confiança de que vamos ter um processo muito concorrencial, admitamos 20 candidatos, bom a nossa política de fixação de preços deve ser uma. Admitamos que a nossa percepção não é essa, não teremos 20, temos 5 candidatos, bom, a nossa política de fixação do preço por ventura deve ser outra, porquê? Porque é a melhor forma de defendermos o valor patrimonial do município.

Quarta questão que eu coloco relativamente aos princípios da reabilitação urbana. Aqui temos alguma diferença, porque eu creio que se trata aqui nós, a Câmara Municipal fez bem com o alargamento da Arou para uma área tão abrangente, porquê? Porque é o que permite aumentar as potencialidades de recuperação urbana, obviamente com um custo fiscal importante, um custo fiscal muito importante para o município mas também para o Estado, verdade seja dita, embora o estado como não regulamentou a parte do Estado também não está a sofrer muito com isso mas trata-se de uma decisão importante, foi essa aliás a razão que presidiu e creio eu com o apoio do Sr. Vereador à determinação que o Sr. Ministro do Ambiente teve no aligeiramento muito grande dos requisitos relativamente aí numa área sim mais discutível do que esta do que nós fazemos relativamente às condições técnicas sob o qual a reabilitação é realizada e é nesse âmbito também que nós adequamos aqui o conceito.

Relativamente ao património da EPUL, eu pediria depois que lhe fizessem chegar até em papel esta informação qual é, e também todo o restante património da EPUL. Numa próxima reunião de Câmara creio eu é no próximo dia 27, Vereador João Paulo Saraiva será discutido o relatório de liquidação da EPUL onde constará a listagem integral do património e será sempre identificado caso a caso qual é o património da EPUL. Eu aliás gostava de dar resposta a uma questão que não foi suscitada no debate das contas aqui na Câmara mas foi suscitada na Assembleia Municipal que é a questão dos valores patrimoniais. E tive oportunidade ontem de clarificar a Deputada Margarida Saavedra do seguinte; a crítica que é dirigida à Câmara é uma crítica com o devido respeito, é uma crítica que não faz muito sentido quer dizer que a Câmara incorporou património ao valor contabilístico e não ao valor

real das suas avaliações. Se a crítica fosse levada a sério significava que a Câmara teria prejudicado as contas de 2014, porquê? Porque fez a incorporação do património um valor menor do que aquele que devia. Os procedimentos que foram seguidos são os procedimentos perfeitamente normais. Foram, os bens foram incorporados Sr. Vereador, concluir só a minha resposta, os bens foram incorporados ao valor contabilístico que constavam no balanço da EPUL antes até da decisão da liquidação que em vários casos são os valores contabilísticos. Porque é que não se fez uma reavaliação geral do património e da empresa porque basicamente isso não só era caro fazer, como isso não tinha nenhum interesse, porque quando nós procedêssemos às alienações, se elas viessem a ocorrer uns anos mais tarde, novas avaliações teriam que ser feitas. E por outro lado estávamos a dar uma informação a operadores dos mercados que nos reduziria a nossa margem de utilização. Mas o debate que ontem foi tido foi o seguinte; bom, mas a Câmara ao integrar património subvalorizado está a criar margem para melhorar muito as suas contas no futuro, não está. Eu próprio assumi o compromisso, quer dizer, eu não faço qual é a ideia com franqueza, nem sequer vi no ano passado, qual é a diferença entre o valor contabilístico dos bens registados e o valor de venda dos bens. Isso em termos contabilísticos aparece uma conta da contabilidade que são resultados extraordinários. Essa conta não teve nenhuma relevância no nosso debate político porque a Câmara não é uma entidade lucrativa. Seria aliás, é de uma inutilidade esse indicador, dizer eu um bem, dizer que a Câmara teve um resultado extraordinário de 10 Milhões, 20 Milhões, 100 Milhões, porque os bens estão registados a um valor ou não estão atualizados o seu valor na matriz e depois vendemos a um determinado valor de mercado, é um indicador com franqueza que não releva nada do ponto de vista da Câmara, das boas finanças da Câmara, das boas contas. Eu aliás confesso-vos que não sei qual o indicador contabilístico, nunca o vi e não vejo porque ele não tem interesse, não é um *"brunch marketing"* para a gestão da Câmara. Foi esta a explicação eu disse ontem na Assembleia Municipal e comprometi-me aliás, com toda a franqueza, não só a fornecer todos esses elementos todos, mas comprometi-me a fazer esta minha transcrição do que acabei de dizer para a Ata para que pudesse ser dito se eu alguma vez durante o mandato, alguma vez utilizasse os resultados extraordinários como argumento político para me atirarem á cara, que eu de fato estava a cometer algo que era uma análise incorreta sobre a saúde financeira da Câmara. De fato nós estamos adotar um sistema de contabilidade que é muito copiado, cada vez se copia mais o que são as empresas, a Câmara Municipal não é uma empresa, as

instituições públicas não têm como função dar lucros. Temos que ter uma parte operacional equilibrada mas fazer gala de que temos resultados líquidos no sentido contabilístico com resultados extraordinários no sentido contabilístico positivos, é um absurdo que eu nunca fiz e não farei. Peço só por último ao Dr. António Furtado só para clarificar o ponto relativamente às possibilidades de alienação, quais são os seus critérios e se houve alguma alteração face aquilo que era praticado. Muito obrigado.

O Sr. Dr. António Furtado: - Sim Sr. Presidente. Muito obrigado. A questão é esta, se eu bem interpreto a questão que o Sr. Vereador António Proa colocou, é o seguinte: O Ónus de inabilidade por 10 anos resulta do RAIM, do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais. O objeto do RAIM é completamente distinto do objeto destas hastas públicas e portanto esse ónus de inabilidade não é aplicável a estes casos. O programa reabilita primeiro e paga depois vai com esta hasta que agora aqui vem, a sua sexta hasta, não houve nenhuma alteração às regras do programa desde a primeira e já aí não se previa portanto essa situação da impossibilidade de alienação. Relativamente ao património disperso acontece exatamente o mesmo. A Razão pela qual, isso foi muito discutido na altura, aliás numa reunião de Câmara, a questão é esta; é que no RAIM a previsão desse ónus resulta do fato dos imóveis serem transmitidos aos particulares, não a um valor de mercado, não em hasta pública mas a um preço social, chamemos-lhe assim calculado com a fórmula prevista no RAIM e isso justifica que não se permita os particulares depois fazer especulação com o património que adquirem por essa via. Não é o caso aqui. Aqui estamos a vender em hasta pública pelo valor de mercado, porque aquilo que os particulares ficam obrigados é à reabilitação no prazo que é fixado para o efeito e isso têm que cumprir, quanto ao mais não há essa obrigação. Depois uma referência muito breve, o Sr. Vereador referiu que era interessante saber qual é o estado de execução nos ativos já alienados no âmbito do programa "Reabilita primeiro e paga depois", aquilo que eu lhe posso dizer assim muito genericamente depois podemos fornecer informação detalhada sobre isso, é que 67% dos prédios alienados no programa já têm projecto aprovado. Desses mais de metade já estão em obra e há alguns que já têm obra concluída; os outros com excepção de 4 casos estão todos já em face de apreciação; e os tempos médios desses projectos, tempo médio tem sido de 90 dias.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Paula Marques.

A Sr.^a Vereadora Paula Marques: - Boa tarde a todas e a todos. Queria só solicitar ao Sr. Diretor Municipal que nessa informação também acrescentasse a informação que temos disponível sobre o destino desses imóveis. É porque era importante que os Srs. Vereadores terem conhecimento que a adesão por parte de cidadãos, um conjunto de famílias para habitação própria é relevante. Queria só que fizesse chegar aos Srs. Vereadores essa informação.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Dr. António Furtado muito obrigado. Vereador António Prôa ainda neste ponto?

O Sr. Vereador António Prôa: - Sim, Sr. Presidente, vou tentar ser breve. Ó Sr. Presidente relativamente à questão dos ativos estratégicos ou não estratégicos. Sr. Presidente eu percebo que o conceito, ou melhor o conceito talvez não, mas os imóveis em concreto e a lista dos imóveis seja algo que vá variando com o tempo e com as opções que são tomadas. Mas ainda assim, Sr. Presidente, eu acho que há ativos que são estratégicos durante tempo suficiente para se puderem definir como tal, e esses sim devem ser definidos como tal ou não. Nós não temos muitos terrenos com áreas muito grandes, mas nós temos muitos edifícios muito grandes, nós não temos muitos edifícios dos Paços do Conselho. Portanto há um conjunto de edifícios que valia apenas que se pudessem considerar com alguns critérios razoáveis como ativos estratégicos, porque senão francamente Sr. Presidente parece-me, sem querer ser injusto, parece-me que andamos a navegar um bocadinho ao sabor do vento. Por exemplo, o anúncio que fez há pouco de aquisição dos edifícios aqui próximos dos Paços do Conselho aqui na Praça do Município, pareceu-me ter anunciado essa intenção essa vontade de pelo menos de analisar. E eu percebo que esteja a ser cauteloso ainda assim estamos numa reunião privada, mas também lhe devo dizer, Sr. Presidente, não é novidade nenhuma. Eu oiço falar e eu próprio tive oportunidade de participar em discussões que tinham como objectivo de refletir sobre essa vantagem de se concentrarem aqui na Praça do Município acho que, enfim, assim à partida acho que faz algum sentido, parece-me bem, tal como a concentração dos serviços me parece bem. Esse tipo de movimentos não são movimentos que se façam em cada mandato, são movimentos que se fazem, desejo eu, para ficarem. E nessa medida, e tendo em conta esse tipo de dimensão de estratégia, valia a pena que essa reflexão fosse feita, e nessa medida que eu acho que falta aqui alguma densificação desse conceito. E acho que em alguns aspetos estaremos

de acordo ou poderemos chegar a acordo o que me parece positivo. E portanto, Sr. Presidente, reafirmar que a justificação de que estes ativos não estratégicos carecem da definição do oposto, ou seja, do que são os ativos estratégicos, e isso não foi feito. Era o apelo que eu fazia como fiz e era esse o objetivo da minha intervenção inicial.

Já quando à valorização dos imóveis, Sr. Presidente, vi o sucesso, aliás, um gráfico que em termos gráficos estava bastante distorcido, era só para dar ideia, entendendo os 6% na barra significa para aí o dobro da barra, mas enfim estava lá os 6%, e portanto de quem lê-se, não estou aqui a dizer que pretendia enganar alguém, não, os valores estavam lá. Há de facto uma diferença entre o valor base no Programa “Reabilita” e o valor arrematado no Programa “Reabilita paga depois” e nos outros. Pelas características também dos imóveis, não quero fazer demagogia com isto. Ainda assim, Sr. Presidente, o que eu queria dizer, de facto, era o seguinte: não me parece que faça sentido que quando imóveis num período claramente recessivo foram colocados em asta publico por um valor base determinado, que agora que estamos numa fase de crescimento, como disse o Sr. Presidente, com bons ventos que seja esta altura que se reduzam a 30% do valor base. É isso que não faz sentido, francamente. Bom, se fosse o mesmo valor, bom, em termos da valorização média do mercado já havia um decrescimento agora. E portanto, acho que francamente 30% a menos há um risco, Sr. Presidente, há um risco, pode ser só teórico, mas há que é estarmos a desvalorizar o património. Eu sei é um risco teórico porque ouvi os seus argumentos relativamente à atração de maiores interessados de maior número de interessados. Eu percebi isso, agora em tese há um risco, e isto tem uma leitura que não é coerente com a análise do mercado, e foi isso que eu quis sublinhar

Por fim, Sr. Presidente, uma última nota em relação à demolição integral dos edifícios, e considerando que a demolição integral de edifícios é reabilitação urbana. Esse conceito não existe em lado nenhum, e é a primeira vez que (não sei se o Sr. Vereador Sá Fernandes esteve bastante ausente da reunião queria intervir, mas eu não conduzo a reunião o Sr. Presidente conduzirá).

Quanto ao que eu queria dizer, para terminar, em relação à reabilitação. De facto Sr. Presidente considerar como reabilitação urbana a demolição total, acho que é deturpação dos princípios que não me parece razoável, não me parece aceitável que a Câmara faça.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Queria só antes de passar a palavra ao Vereador João Paulo Saraiva, precisar e fazer uma sugestão. Em primeiro lugar não confundir a minha expressão “bons ventos no mercado imobiliário” com crescimento. É que não são bem a mesma coisa, não é bem a mesma coisa. E porque a partir daí dávamos o salto para o mérito do Governo e depois dávamos o salto ali para a bancada do fim que era mérito de parte do Governo, a parte boa do Governo. Isso era uma discussão que iria, ou como alguém dizia ontem com alguma brincadeira “o mérito da parte do maior partido da oposição do Governo”. Não confundir mas eu concedo nesse ponto e se admitir a retirada o adjetivo “recessivo” da proposta, não tenho nenhuma das minhas objeções. Mas creio que quanto à matéria de fundo que se deve manter o modelo proposto, porque o modelo no “Reabilita primeiro paga depois” provou ser o melhor. E não creio, aliás, que saímos prejudicados pelo contrário se podemos sair é ainda mais beneficiados no contexto que temos, porque se a condição preço for competitiva e se a condição do mercado tiver liquidez abundante como é hoje, as nossas possibilidades de majoração serão maiores.

Vereador João Paulo Saraiva.

O Vereador João Paulo Saraiva: - Eu não sou propriamente um especialista em reabilitação urbana, mas longos dos últimos anos tenho trabalhado nessa área e eu tenho estado aqui muito tranquilo a ouvir a intervenção do Vereador António Prôa e eu aconselhava-o a visitar o conceito de reabilitação e de área de reabilitação urbana. Porque toda a sua intervenção, nomeadamente, não tem a ver com esta história das demolições, foca-se muito em conceitos de reabilitação urbana que já estão um bocadinho ultrapassados: foca-se muito na lógica do edifício na reabilitação do edifício, na reabilitação arquitetónica do edifício. Do que estamos a tratar é de reabilitação urbana, não, não mas estamos a tratar. O Sr. Vereador há pouco referiu que tínhamos chegado ao limite de considerar quase da cidade toda de área de reabilitação urbana. E portanto como é preciso precisão nos conceitos eu aconselhava-o a uma visitazinha ao site do IRU onde de facto se colocar áreas de reabilitação urbana, vem-lhe uma abordagem que tem muito a ver com toda uma intervenção integrada que se designa territorial. Eu vou ler que é mais fácil, “área territorialmente limitada que em virtude da insuficiência degradação e obsolescência dos edifícios, das infraestruturas dos equipamentos de utilização colectiva do espaço urbano e de utilização colectiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança”. Ou seja, é o foco na intervenção integrada e não em preservar o edifício tal como ele estava.

Evidentemente que também há mecanismos e há situações em que o edifício assim o exige, mas de facto estar aqui a misturar os conceitos todos e dares uma ideia de que a regeneração urbana, e a conservação de edifícios têm eventualmente valor patrimonial e cultural se está tudo no mesmo patamar. Não é assim.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Ó Sr. Vereador, eu dou-lhe palavra mas só lhe queria apelar o seguinte: os Srs. Vereadores chamavam-me a atenção que as nossas reuniões começavam tarde, desta vez tentámos começar a horas. Chamaram-me a atenção que as reuniões tinham 70 pontos, esta tem 18 pontos. Ainda assim, bem sei que o Vereador João Gonçalves Pereira hoje tinha a sua parte da taxa turística, mas ainda assim, estamos no ponto 8 na nossa Ordem de trabalhos, mais e ainda não apreciamos a parte do Período de Antes da Ordem do Dia. Por isso eu apelava que se calhar aqui o problema mesmo na condução dos trabalhos terei que ser mais assertivo e menos democrático, menos tolerante nas inscrições.

Posto isto tem a palavra o Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Muito obrigado. Ó Sr. Presidente, peço desculpa mas a intervenção do Sr. Vereador quando se deu era perfeitamente desnecessária, foi um bocadinho em desespero e totalmente ao lado. Porque quem andou aqui a baralhar os conceitos todos foi o Sr. Vereador porque nós estamos a tratar de reabilitação urbana de edifícios, é isso que está na proposta. E o que o Sr. Diretor Municipal escreveu ali na apresentação que fez é que no âmbito da reabilitação dos edifícios, dos edifícios Sr. Vereador atente bem, permite a demolição integral dum edifício Sr. Vereador, portanto é disso que estamos a tratar, dos edifícios, não estamos a tratar de áreas de reabilitação urbana, Portanto o Sr. Vereador...falei, falei sabe porquê Sr. Vereador, falei para dizer que a área de reabilitação urbana que a cidade de Lisboa entendeu pertinente vai ao arrepio daquilo que são os objetivos. E u posso-lhe dizer quais são os objetivos, os objetivos da área de reabilitação urbana, que aliás poderá verificar na generalidade dos municípios, não classificaram todas as áreas como área de reabilitação urbana, tem como objectivo priorizar as intervenções no espaço público. E portanto, Sr. Vereador, eu aqui estou a tratar de proposta de reabilitação urbana de edifícios, é isso que se o Sr. Vereador tiver oportunidade de ler com atenção a proposta poderá verificar, é de edifícios que estamos a tratar não é de mais nada. E portanto,

Sr. Vereador a única pergunta que lhe faço é: parece-lhe que faz sentido considerar reabilitação urbana de um edifício a demolição integral do edifício. Para mim não faz qualquer sentido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Srs. Vereadores creio que já discutimos o suficiente estes pontos. Vamos passar à votação. E eu ponho à votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos, Proposta 285/2015, quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com o voto contra do PCP com a abstenção do CDS/PP e do PPD/PSD e voto a favor dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 285/2015 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 2 votos contra (PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD e 1CDS/PP))

O Srs. Vereadores do PPD/PSD e do CDS/PP apresentam declaração de voto

O Sr. Presidente: - Relativamente à proposta 286, um pedido de votação por pontos vamos então à votar o ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 286/2015. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado o ponto 1 com os votos contra do PPD/PSD e do CDS/PP e a abstenção do PCP, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos agora pôr à votação o ponto 2 da mesma Proposta 286/2015. Quem se abstém? Aprovado o ponto 2 com os votos contra do PPD/PSD, do CDS/PP e do PCP, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 286/2015 a qual foi aprovada por Aprovada por Pontos:

Ponto 1 - Aprovado por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 3 votos contra (2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP)

Ponto 2 - Aprovado por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.) e 5 votos contra (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Os Srs. Vereadores do PCP e do CDS/PP apresentaram declaração de voto